

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luís Felipe Duarte e Silva

**Os crimes violentos em Minas Gerais na Primeira República (1913-1918): perspectivas
policiais e sociais**

Juiz de Fora
2025

Luís Felipe Duarte e Silva

**Os crimes violentos em Minas Gerais na Primeira República (1913-1918): perspectivas
policiais e sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Luis Felipe Duarte e.

Os crimes violentos em Minas Gerais na Primeira República (1913-1918) : perspectivas policiais e sociais / Luis Felipe Duarte e Silva. -- 2025.

88 p. : il.

Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Gabinete de Identificação e Estatística Criminal. 2. polícia. 3. Minas Gerais. 4. Primeira República. I. Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro, orient. II. Título.

Luís Felipe Duarte e Silva

**Os crimes violentos em Minas Gerais na Primeira República (1913-1918): perspectivas
policiais e sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro
Universidade Federal de Uberlândia

Dedico este trabalho à minha mãe. Você foi muito importante na minha jornada, mesmo nos momentos em que você não percebeu isto.

AGRADECIMENTOS

O que eu vou começar dizendo pode soar óbvio, mas a impressão que tenho é que cada etapa é mais difícil que a anterior. O bacharelado, apesar de muito menos extenso que minha licenciatura, foi bem mais difícil para mim e o mestrado, como era de se esperar, foi bastante sofrido. Entretanto, tenho muito a agradecer às pessoas que se fizeram presentes e me ajudaram a chegar até aqui, impedindo-me de desistir, ajudando-me a seguir. Concluir essa etapa foi difícil por muitas razões e eu nunca teria chegado até aqui sem a ajuda de muitos.

Agradeço aos meus pais, Aline e Ronaldo, que sempre estiveram ao meu lado e, apesar dos meus lapsos, ajudaram-me a seguir em frente e terminar esse trabalho, mesmo nos momentos que achei que seria impossível prosseguir.

À minha família, para além dos meus pais, que sempre estive do meu lado e me incentivou sempre a ir mais longe e conquistar tudo aquilo que estivesse ao meu alcance, sem pensar duas vezes.

Um agradecimento especial ao meu tio, Rodrigo, que foi quem mais me incentivou a concluir esse mestrado e sempre estive disposto a me ajudar nos momentos em que eu duvidei da possibilidade de estar aqui agora.

Ao meu orientador da licenciatura, Mateus Rezende de Andrade, por ter se tornado mais que um orientador, que me abriu portas e que me ajudou a começar a pesquisa, por ter sido uma pessoa que de fato se importou e que se abriu, com carinho, importando-se comigo e com a minha trajetória.

À minha orientadora, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, pela extrema paciência, compreensão e auxílio durante essa jornada. Eu acho que não teria terminado sem suas instruções e sua paciência, eu sei que perdi alguns prazos.

A todos os meus amigos da graduação, vocês sabem quem são, tenho um carinho muito grande pelo período curto que pude desfrutar com todos vocês. As caminhadas, os almoços, os inúmeros passeios, que vou carregar comigo para a vida. Agradeço também aos que ficaram pelo caminho, saibam que eu me lembro e eu sou grato.

Desta vez os agradecimentos especiais ficam para o Arthur, por me aturar falando incessantemente sobre como é difícil escrever e por me incentivar a acabar, além de trazer sempre bons momentos para minha vida. E, por fim, ao André, que me inspira na sua febre pela escrita e pelo conhecimento acadêmico, mas também pela sua paixão por viver que é contagiante e sempre me anima, estou aguardando sua próxima passagem por Juiz de Fora.

Aos novos amigos que fiz desde que entrei no mestrado, principalmente, os que trabalham ou trabalharam comigo. Apesar de o trabalho ter, obviamente, dificultado bastante o processo, foi também essencial para que eu seja quem sou hoje, cercado por pessoas maravilhosas.

Aos amigos que já estavam comigo antes da graduação, nossos caminhos se afastaram bastante, todos mudamos muito, cada um seguiu seu próprio plano e seus próprios objetivos, mas é incrível pensar que conseguimos achar ainda tempo para nos encontrarmos e aproveitarmos momentos juntos.

Ao Caio, meu irmão, você sabe todos os porquês, não acho que precise listá-los mais uma vez.

"A polícia não é apenas um reflexo da ordem, mas também uma expressão das desigualdades e das tensões sociais que a constituem."
(Elias, 2004, p.30).

RESUMO

Esta dissertação analisa a atuação do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal (GIEC) e o papel da polícia em Minas Gerais, durante a Primeira República (especialmente entre 1913-1918). A pesquisa investiga as dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeavam as práticas policiais, utilizando documentos históricos como os POLs e os Relatórios dos Chefes de Polícia. O estudo destaca as limitações estruturais enfrentadas pela polícia, como a carência de efetivos e de recursos, além de explorar como os discursos institucionais reproduzem preconceitos contra grupos marginalizados, como os ciganos. Ao examinar as tensões entre os objetivos de modernização e as práticas repressivas, este trabalho oferece uma reflexão crítica sobre o papel do Estado e da polícia na construção de desigualdades sociais. A análise das fontes revela tanto os avanços quanto as contradições de um projeto que buscava legitimar a autoridade estatal por meio de estatísticas e discursos institucionais.

Palavras-chave: Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, polícia, Minas Gerais, Primeira República.

ABSTRACT

This dissertation examines the role of the Gabinete de Identificação e Estatística Criminal (GIEC) and the police in Minas Gerais during Brazil's First Republic (specifically between 1913-1918). The research explores the social, political, and cultural dynamics shaping police practices, drawing on historical documents such as POLs and Police Chiefs' Reports. The study highlights the structural limitations faced by the police, including manpower shortages and resource constraints, while analyzing how institutional discourses perpetuated prejudices against marginalized groups, such as Roma communities. By addressing the tensions between modernization goals and repressive practices, this work provides a critical reflection on the role of the State and the police in constructing social inequalities. The analysis of sources uncovers both the progress and contradictions of a project aiming to legitimize state authority through statistics and institutional narratives.

Keywords: Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, police, Minas Gerais, First Republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1 - POL 168, PÁGINA 1

FOTOGRAFIA 2 - POL 169, PÁGINA 1

FOTOGRAFIA 3 - POL 170 PÁGINA 1

FOTOGRAFIA 4 - POL 171, PÁGINA 1

PRINT 1 - BOTÃO DE CONTAGEM

FOTOGRAFIA 5 - RELATÓRIO DO CHEFE DE POLÍCIA

MAPA 1 - PRIMEIRO MAPA

MAPA 2 - SEGUNDO MAPA

FOTOGRAFIA 6 - Relatório do Dr. Américo Ferreira Lopes 59

FOTOGRAFIA 7 Relatório do Dr. Herculano César Pereira da Silva 61

FOTOGRAFIA 8 AUTOMÓVEL DO CHEFE DE POLÍCIA 66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Seção De Referência	40
Quadro 2	Identificação	42
Quadro 3	Tabela Crime	43
Quadro 4	Localidade	45
Quadro 5	Procedência	46
Quadro 6	Observações	47
Tabela 1	Habitantes E Crimes	52
Tabela 2	Crimes/Habitantes	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM - Arquivo Público Mineiro

GIEC - Gabinete de Identificação e Estatística Criminal

POL - Notação do APM para fonte da pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 A POLÍCIA

3 O GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA CRIMINAL

3.1 OS POLS

3.2 A BASE DE DADOS

3.3 OS MAPAS E SEUS DADOS

4 RELATÓRIOS DOS CHEFES DE POLÍCIA

4.1 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

4.2 DIMENSÃO E FORMAÇÃO DAS TROPAS

4.3 RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

4.4 INFRAESTRUTURA DA FORÇA PÚBLICA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir de uma inquietação que tive durante minha graduação, no processo de transcrição de algumas fontes que fazem parte da documentação do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal (GIEC). Essa documentação faz parte do Fundo Chefia de Polícia do Arquivo Público Mineiro (APM), que foi acessado digitalmente através de digitalizações conseguidas pelo Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade. Diversos questionamentos iam surgindo à medida em que eu fazia o trabalho de transportar as informações das fotos para o computador, principalmente, uma necessidade de entender melhor o que os dados indicavam. Veremos, nesta investigação, que me deparei com um aparato policial atravessado por tensões internas e, sobretudo, por limitações estruturais e objetivos que se distanciavam das demandas sociais. E, apesar da tentativa de construir um discurso da eficácia da polícia, há diversas contradições nessa perspectiva, levantadas inclusive por indivíduos que a chefiavam.

Assim, a presente dissertação analisa a atuação da polícia em Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930), com enfoque no GIEC no período de 1913 a 1918. Essa periodicidade foi determinada pelas fontes utilizadas, as Notações do APM para fonte da pesquisa (doravante POLs) que analisei neste trabalho vão exatamente dos anos de 1913 a 1918. Existem outros documentos denominados POLs no arquivo, porém os quatro analisados foram os únicos encontrados que seguiam a padronização de lista, diferente dos demais. O recorte espacial segue a mesma linha: como a documentação tratava especificamente de Minas Gerais, resolvi fazer essa limitação geográfica para o estado. Enfim, o estudo investiga como a polícia mineira utilizou ferramentas de identificação e estatística para construir um discurso de modernização e controle social, ao mesmo tempo em que enfrentava desafios estruturais e institucionais. Além disso, examina-se como a criação desse órgão reflete um movimento mais amplo de transformação da segurança pública, que visava adequar a polícia a novas demandas sociais e políticas da época.

A pesquisa se insere no campo da história social e institucional, considerando a polícia não apenas como uma entidade repressiva, mas também como uma instituição permeada por contradições, disputas e limitações. Por meio da análise de documentos históricos, como os POLs e os relatórios dos chefes de polícia, busca-se compreender o papel do GIEC na constituição de práticas policiais e na construção de categorias sociais relacionadas ao crime e à ordem pública. Ademais, busca-se entender de que maneira esses registros serviam como

instrumento de controle estatal sobre determinados grupos sociais, especialmente aqueles marginalizados pela sociedade da época.

A escolha dos autores e conceitos a serem trabalhados neste trabalho foi feita principalmente pensando na bibliografia que já havia tocado no tema e na documentação que é o foco da análise. Os trabalhos de autoria de Lucas Pereira (2017, 2018, 2019) são muito relevantes nessa linha de análise, pois o autor já se esmiuçou o universo da Polícia mineira e, não só fez isso, como também já fez um trabalho de análise dos Relatórios dos Chefes de Polícia, que também aparecem nesta dissertação. Ademais, a discussão com o trabalho de outros autores foi baseada na pesquisa feita durante a escrita, para compor, debater e sustentar as perspectivas discutidas neste trabalho. Ademais, os conceitos de modernização da polícia e do papel da polícia foram importantes para pensar as questões propostas na dissertação.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro contextualiza a formação da polícia na Primeira República, destacando seu papel no projeto republicano e suas conexões com as elites políticas. Esse capítulo também discute a influência de teorias criminológicas que embasaram o discurso de modernização policial, como o positivismo penal e a antropologia criminal. O segundo capítulo aprofunda a análise do GIEC, explorando seus métodos de catalogação e identificação criminal e os limites de sua eficácia. Examina-se como o órgão estruturava suas práticas de coleta de dados, quais critérios eram utilizados na identificação de criminosos e de que maneira essas informações eram empregadas na construção de uma narrativa de eficiência da força pública. O terceiro capítulo examina os relatórios dos chefes de polícia, revelando tensões entre os discursos oficiais de modernização e a realidade da atuação policial, evidenciando as dificuldades operacionais e os desafios enfrentados na implementação de políticas de segurança pública.

Ao problematizar a relação entre modernização policial e manutenção das desigualdades sociais, este estudo busca contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel das forças de segurança no Brasil republicano. A análise das fontes evidencia como a polícia operava sob a influência de interesses políticos e econômicos, muitas vezes, reforçando hierarquias sociais e práticas discriminatórias. Além disso, o trabalho questiona se a modernização policial efetivamente trouxe avanços para a segurança pública ou apenas consolidou mecanismos de repressão seletiva. Dessa forma, a dissertação estabelece um diálogo com a historiografia sobre segurança pública no Brasil e propõe um olhar renovado sobre a relação entre polícia, Estado e sociedade no período republicano.

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender as origens de práticas policiais que ainda hoje influenciam a segurança pública no Brasil. Um dos objetivos

do trabalho é analisar o funcionamento interno da Polícia mineira e como um órgão de identificação interferia sobre a dinâmica corrente da Força. Ao revisitar um período crucial da história da polícia mineira, a dissertação oferece subsídios para a reflexão sobre os desafios e permanências no campo policial, contribuindo para o debate acadêmico e historiográfico sobre a construção das instituições de segurança no país. Espera-se que o estudo amplie as possibilidades de análise sobre a polícia e seu papel na organização social e política da Primeira República, fornecendo novas perspectivas para futuras investigações sobre o tema.

Enfim, a estruturação do trabalho nesses três capítulos perpassa por uma ideia de construir, no primeiro, uma base teórica para compreender melhor o problema da pesquisa representado na problemática do papel da polícia no período, das forças diversas que influenciam seu trabalho e na sua atuação. No segundo, cabe um olhar sob a atuação policial através da fonte do GIEC, com dados estatísticos e uma perspectiva institucional de seu trabalho. E, no terceiro, um aprofundamento no papel da polícia e das influências que tocam-na através do debate sobre os Relatórios dos Chefes de Polícia.

Assim, a pesquisa busca entender melhor o papel da polícia nesse momento crucial de sua estruturação. Conjecturando que esse papel muito provavelmente atenderia os interesses do Estado, em detrimento de grupos marginalizados, apesar de diversas forças atuarem sob o trabalho da polícia, ela estaria, muito mais atrelada ao interesse do poder estatal.

2 A POLÍCIA

Este segundo capítulo discutirá brevemente sobre a polícia na República e um pouco sobre as especificidades da Força Pública Mineira. A ideia é estabelecer uma base teórica para que nos capítulos seguintes possamos ter uma discussão mais aprofundada das fontes que são o foco deste trabalho, buscando, também, abrir espaço para entendermos o espaço que a polícia ocupava na sociedade da época e a influência nas e das suas ações.

Com a proclamação da República, seguiu-se uma série de reformulações nas corporações policiais, com o objetivo de impedir reações armadas de indivíduos devotos ao antigo imperador. Especificamente em Minas, tivemos uma dissolução do Corpo Policial, que foi substituído pela Guarda Republicana (Cotta, 2014).

O governo mineiro promulgou, também, uma diversidade de leis para organizar e definir as funções da polícia, além de renomear a Organização, nas primeiras décadas republicanas. A primeira delas em 1904, seguida de mais cinco nos anos de mudanças em 1900, 1903, 1909, 1912 e 1927¹. Segundo Pereira, estes decretos, dentre outros textos legais que teriam sido aprovados em outros momentos na Primeira República, representavam as dicotomias entre o dia-a-dia da polícia em suas atribuições e as regulamentações formais desse trabalho (Pereira, 2018).

Como a transição para a República foi um movimento conturbado, de grande insatisfação por diversos setores da sociedade, faz sentido que o novo governo instaurado tenha desejado romper com o aparato de força estatal da polícia anterior, tanto no quadro de pessoal, quanto nas formas da lei.

Entretanto, na perspectiva de Sheila Baggio, a Polícia não sofreu grandes alterações no seu papel, sendo ainda voltada para a manutenção da ordem pública e o resguardo da integridade estatal. Seu papel de combate ao crime foi discriminado especificamente em 1890 e desapareceu a partir da década de 1920 (Baggio, 1979).

Não muito depois da proclamação, o governador do Estado de Minas notou uma grande gama de problemas com a Polícia: i) o efetivo era diminuto, faltando pessoal suficiente para cobrir o território como um todo; ii) os policiais eram indisciplinados; iii) os “paisanos” eram nomeados sem qualquer preparo anterior; iv) os salários eram considerados irrisórios, o que dificultava a contratação de pessoal adequado. (Cotta, 2014)

¹ Ver Decreto nº 767 de 17/08/1894; Decreto nº 1352 de 27/01/1900; Decreto nº 1573 de 24/01/1903; Decreto nº 2656 de 14/10/1909; Decreto nº 3603 de 10/06/1912; e Decreto nº 7712 de 16/06/1927.

Este é um tema que veremos em outros momentos no trabalho, contudo, havia, nessa transição para a República e na reformulação da Polícia, uma grande diversidade de problemas, que não se limitavam apenas a questões relacionadas ao pessoal, estando ligados também ao financeiro, material e de instrução dos policiais.

O nome Guarda Republicana não durou muito, sendo substituído em 1891, diante da promulgação da Constituição Mineira, para Força Pública (Cotta, 2014). Apesar da mudança de nome, não houveram grandes mudanças na situação problemática identificada anteriormente e a Força Pública estava longe de estar distribuída de forma uniforme pelo estado. Inicialmente os batalhões estavam apenas em Ouro Preto, Juiz de Fora, Diamantina e Uberaba (Pereira, 2018). Ainda dentro da organização da Polícia foi criada a Guarda Civil mais a frente, em 1909 (Cotta, 2014).

A má distribuição da corporação pela vastidão do território mineiro foi um problema por um longo tempo. Apesar das tentativas de reorganizar a distribuição dos batalhões, a falta de pessoal e os problemas, principalmente de número de efetivos, eram constantes durante a Primeira República mesmo com a adição de novos números às suas fileiras.

Essa ideia de uma polícia mal armada, mal preparada e com um número reduzido de pessoal é defendida também por Cláudia Viscardi (1995), que evidenciou também os problemas encontrados neste grupo. Além disso, a autora enxergou a polícia do estado como atuante também na política, tanto em escala estadual como nacional (Viscardi, 1995).

Nessa linha de análise, a Força Pública detinha, segundo Lucas Pereira (2018), um papel dual, tanto de um exército estadual, que detinha traços de militarização, interferindo diretamente em conflitos sociais e políticos, quanto, de força policial, que participava ativamente da justiça penal, processos administrativos e investigações criminais (Pereira, 2018).

Concomitantemente ao desenvolvimento dessa visão do papel estatal da polícia, podemos ver também a perspectiva de seu papel social, diante da visão das elites do que a segurança pública deveria oferecer. A questão do policiamento preocupou diretamente as elites políticas e econômicas, tendo grande repercussão nos meios jornalísticos e intelectuais da época (Pereira, 2017, apud Andrade, 1987).

Assim, é interessante notar que o papel dessa instituição está em debate por diversas frentes. Intelectuais, políticos, elites econômicas, população geral e a própria polícia vão disputar o papel da instituição. Cada uma dessas forças tem um objetivo diferente e, mesmo que se encontrem em alguns pontos, há uma divergência sobre qual deveria ser o papel de fato da polícia.

No cenário intelectual, podemos ver uma movimentação muito forte, no início da República, de grupos que defendem um movimento da Força Pública para um trabalho de criminologia². A principal vertente no início do século XX é a de que os estudos de Cesare Lombroso, um italiano, deveriam permear os trabalhos da polícia e influenciar a forma com que os agentes de segurança trabalhavam.

Francisco Linhares Neto aborda exatamente essa transição dos séculos e a chegada das ideias lombrosianas no país. O trabalho de Cesare Lombroso aglutinava Positivismo, Materialismo e Evolucionismo para apontar que existiam parâmetros biológicos para entender quais eram os indivíduos predispostos à criminalidade (Neto, 2016, p. 3).

A principal ideia era de que as características biológicas tornavam indivíduos predispostos à criminalidade. Entretanto, havia questões psíquico-sociais que determinavam se essa pessoa se tornaria de fato “criminosa”, ou seja, o aspecto criminal deveria ser “ativado” através do meio social no qual ela estivesse presente (Neto, 2016, p. 3).

Esse ideário teórico foi muito contestado dentro da própria Europa e rapidamente caiu por terra, sendo visto como um estudo bastante falho, que não se transpunha para a realidade. Porém, as teorias encontraram certa capilaridade no Brasil e foram amplamente discutidas dentro dos centros intelectuais do país, principalmente, das faculdades de direito, em que essas ideias ganharam muita tração.

Segundo Netto, as faculdades de Direito e Medicina discutiram essa questão de forma bastante ampla, tendo Recife se tornado a vanguarda nos debates sobre o tema, com uma grande gama de professores adeptos a essas teorias, influenciando em grande medida seus alunos (Neto, 2016, p. 5).

Por outro lado, Marcos César Alvarez aponta que não foi por inércia que essas teorias se enraizaram nos debates dos juristas brasileiros, mas por serem uma nova forma de se estudar o crime, algo que era inovador e atualizado. Assim, existiram também indivíduos que eram contrários às ideias lombrosianas (Alvarez, 2002).

Os adeptos dessas teorias, porém, acabaram não conseguindo influenciar, na medida que desejavam, a legislação no país, mesmo com sua grande influência no meio intelectual e acadêmico. Contudo, diversos juristas pautaram decisões no ideário de Lombroso e também influenciaram reformas legais e institucionais (Alvarez, 2002).

² A criminologia é uma ciência que busca entender o crime e, principalmente, os criminosos com o intuito compreendê-los a ponto de poder exercer o controle social antes do crime acontecer de fato, mantendo a ordem social intacta. Para mais ver, (Viana, 2020).

Ou seja, o meio intelectual estava altamente investido na formação da polícia e no seu trabalho técnico, desejando que ele fosse pautado naquilo que eles viam de mais atual. A própria criação do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal (GIEC) pode ser vista como, em certa medida, influenciada por essa visão intelectual. Isso decorre de o trabalho propriamente dito do Gabinete ser, em partes, aplicar a criminologia – embora não necessariamente a lombrosiana, como veremos mais adiante – a ciência e o estudo do crime ao cotidiano policial, para aumentar sua eficiência.

Por outro lado, podemos ver a perspectiva policial em si muito através da documentação produzida pelos Chefes de Polícia. Obviamente, é uma visão pautada por um ponto de vista privilegiado, que foi muito influenciado pelo próprio papel desse cargo. Mas, em grande medida, havia uma preocupação com a execução apropriada do trabalho e com as necessidades da corporação.

Veremos adiante que muitas críticas serão tecidas pelos Chefes de Polícia às questões financeiras, pessoais e materiais. Existia uma necessidade constante de reafirmar os problemas existentes que necessitavam do auxílio estatal para sua solução. Além disso, veremos uma preocupação também com o que os indivíduos que ocupam o cargo consideram “justo”, tanto em medidas salariais – pois vemos críticas veladas aos vencimentos de certos cargos – quanto na própria ação e forma com que lidam com os indivíduos que são dados como criminosos. Um dos relatórios a serem abordados faz diversas ponderações sobre como deveriam ser tratados os menores infratores, por exemplo.

Outro ponto de vista de base é o de Francis Cotta, que nos mostra em seu trabalho certos aspectos da questão, como a Caixa Beneficente, que foi instituída em 1911, para amparar famílias de praças e oficiais falecidos. Havia um certo companheirismo e contribuição entre os policiais, que diante de rendimentos baixos, tentavam prestar um auxílio mútuo em situações de necessidade (Cotta, 2014).

A situação desses indivíduos se mostrava bastante precária, eles eram transferidos de forma constante, sem auxílio devido para mudar-se e levar as próprias coisas, muitas vezes tendo que caminhar por dias. Os alojamentos eram ruins ou muitas vezes inexistentes, levando soldados a se alojarem nas cadeias. Seus salários eram baixos e os deixavam em condições complicadas de subsistência (Cotta, 2014).

As condições às quais os indivíduos de patente mais baixa eram submetidos, podemos supor, influenciaram em grande medida seus próprios interesses e o que os movia, corporativamente falando. Seu trabalho, provavelmente, era marcado, portanto, pela

necessidade e o desejo de melhorias que pudessem prover condições adequadas nos sentidos, materiais, financeiros e de execução do trabalho.

Diante disso, formava-se o cenário perfeito para uma forte influência de elites regionais sob as ações da Força Pública, principalmente em sua base. Pois, sem o apoio político regional, os dias do soldado em qualquer localidade tornavam-se “contados”. A situação movia os praças a cometerem injustiças e até mesmo crimes contra inimigos políticos do partido em exercício. Aponta-se que diante das circunstâncias, não era incomum ver soldados irem presos como criminosos (Cotta, 2014).

Ou seja, os políticos, em grande medida, tinham interesses na força policial como instrumento de reforçar seu poder local. Outro aspecto dessa categoria seria a necessidade que a Força Pública atuasse de forma eficiente, pois isso, mantinha a ordem pública, aspecto importante para as elites econômicas e, também, para a população de uma forma geral.

Ivan Vellasco aponta para um certo clientelismo nas relações entre as elites e a polícia, ao denotar que as relações entre esses dois grupos estavam intimamente ligadas a acordos pessoais, dependendo de relações de favor (Vellasco, 1998, p. 231).

Os detentores do poder econômico, em sua maioria, eram também representados por intelectuais e elites políticas, mas viam uma necessidade grande no exercício da segurança pública. Embora as classes mais baixas não possuíam tanta influência de uma forma geral, suas necessidades estavam provavelmente atreladas também à segurança pública, principalmente, idealizada em uma forma que fosse mais igualitária, protegendo-os assim como os que detinham alguma forma de poder.

Outra relação que podemos identificar com um papel de grande influência na polícia deste período são as questões internas da instituição, entre praças, oficiais, soldados e afins. Um exemplo disso foi levantado por Pereira, ao discutir o caso de um indivíduo específico, Francisco Correa da Silva, que identifica que as relações com outros soldados e oficiais de baixa patente eram permeadas por vínculos de solidariedade, enquanto existia um alto grau de enfrentamento às autoridades e às ordens superiores (Pereira, 2017).

O espaço interno dos vínculos da Força Pública notadamente tinha também um papel de extremamente importante nas intencionalidades de seu trabalho. As tensões presentes entre classes sociais diversas pareciam também se avolumar diante das dinâmicas de poder que se estabeleciam dentro da hierarquia policial.

Existiam também conexões sendo estabelecidas entre as polícias de diferentes estados e, até mesmo países, neste momento da Primeira República. Diego Galeano aponta para o estabelecimento de uma rede de cooperação transnacional das polícias, com o objetivo de

prender o que ele identifica como “criminosos viajantes” (Galeano, 2016). Discutiremos adiante também, nos Relatórios dos Chefes de Polícia, como o GIEC e a própria Força Pública estavam atuando em conjunto para impedir que indivíduos pronunciados escapassem da justiça.

Em vista da dinâmica à qual a corporação estava submetida, Rosenberg entende que houve uma escolha pela militarização da polícia por uma gama de decisões de cunho não só político, como também administrativo. Isso ocorre em oposição a uma perspectiva de que o caminho natural para a instituição seria o de evoluir para um militarismo (Rosenberg, 2011).

O papel da Polícia na época estava claramente dividido entre o interesse de muitos grupos, inclusive da própria Força Pública, o que torna essa uma organização bastante interessante para uma análise, pois ela está no cerne de discussões de grupos bastante diversos da sociedade da época. Não só isso, como seu trabalho detinha influência sob diversos setores da sociedade, inclusive o da política. Em grande medida, seu trabalho afetava muito as camadas mais populares da sociedade e grupos marginalizados.

Alguns trabalhos analisam a atuação da polícia em Minas Gerais, principalmente diante desses grupos marginalizados. Pois, com a perspectiva dos autores que seguem, podemos ver um movimento policial voltado para um policiamento da cultura e dos valores.

Camila Similhana Souza pesquisou o policiamento de grupos ciganos na República mineira, identificando algumas situações em que a Chefia de Polícia relatou diversos crimes relacionados aos ciganos na cidade de Araxá. Essas ocorrências eram altamente pautadas pelo preconceito da região que culpabilizou esses grupos por furtos de animais e outros delitos (Souza, 2014).

A despeito da inexistência de provas, o preconceito existente com relação a um grupo que era entendido como incivilizado e impuro até mesmo pelo Chefe de Polícia, permitia que eles fossem considerados culpados. Assim, eles consideravam que os ciganos estariam aliando-se a facções criminosas, de acordo com a Chefia, algo que é bastante questionado pela autora, que acredita que, devido ao fato de fazerem parte de grupos já hostilizados, eles evitariam esse tipo de união para não intensificar os problemas (Souza, 2014).

Diante desse cenário, houve um aumento da violência contra os ciganos, que, diante da visão policial, eram um problema solucionável apenas através do uso da força. Assim, os conflitos entre ciganos e policiais teriam aumentado, apesar da crença de Souza de que talvez as fontes não fossem capazes de identificar os ciganos de verdade, pois elas estavam extremamente ligadas aos preconceitos contra esse grupo. A autora enxerga também uma

grande probabilidade de que ciganos fossem entendidos como bandidos comuns (Souza, 2014, p. 170).

Em outra perspectiva sobre essa situação no caso mineiro, temos Isabel Borges (2007), que, ao estudar os ciganos, aponta que havia uma repressão policial extremamente eficaz contra esses grupos. Não só isso, mas essa repressão atrapalhava o desenvolvimento das atividades dessa população, que não conseguia exercer apropriadamente o comércio e a quiromancia.

Além disso, a autora cita uma diversidade de termos pejorativos usados para se referir aos ciganos, como: “‘vagabundos’, ‘praga’, ‘hordas de aventureiros’, ‘desrespeitadores da lei’, ‘violadores da propriedade alheia’ e ‘assassinos’” (Borges, 2007, p. 70). Esse discurso estava fortemente presente na mídia e era reforçado pelas constantes notícias e discursos contra esses grupos.

Em Juiz de Fora, especificamente, a autora cita a maneira como os ciganos sequer conseguiam se aproximar da cidade, pois, ao serem avistados, rapidamente eram organizadas forças policiais, junto de civis, empregados por fazendeiros, para rechaçar os acampamentos ciganos, resultando até mesmo em mortes (Borges, 2007).

Apesar de tratar mais do Rio de Janeiro, ainda falamos da República ao pensar na discussão sobre os criminosos viajantes. Eles eram vistos como indivíduos que divergiam completamente do estereótipo do bandido para a polícia, o que também aponta para esse trabalho de policiamento moral. Uma das descrições expostas por Galeano é de a seguinte: “[...] o retrato número um, ostenta um elegante penteado, bigodes prolixamente cortados e um olhar sedutor que bem poderia ser o de um retrato artístico” (Galeano, 2016, p. 11-12).

Este grupo, segundo o autor, incomodava profundamente a Força Pública por ser representado por indivíduos que divergiam daquilo que era esperado, como pessoas marginalizadas ou pobres, além de terem como características o nomadismo, a enganação e o fato de serem indivíduos sem pátria, sem lar, anárquicos, moralmente falando (Galeano, 2016).

A visão desses grupos pela sociedade pode ter corroborado de forma importante também para a perspectiva geral sobre os imigrantes, que eram vistos como imorais e que viriam ao país com o objetivo de tirar proveito de trabalhadores honestos. Em certa medida a presença dos “criminosos viajantes” pode intensificar esse discurso.

Por fim, Lucas Pereira trata também da criação, na década de 1920, de uma delegacia dos costumes e jogos. Essa institucionalização do trabalho policial relacionado à moralidade trouxe um aumento do número de prisões pelos crimes que a polícia entendia como crimes que atentariam contra a moral (Pereira, 2019).

O cerne deste trabalho de Pereira é tratar do policiamento relacionado a prostituição feminina dentro do contexto do policiamento moral. Em sua análise, ele encontra um aumento no número de prisões por grupos envolvidos com a prostituição. Mesmo que não houvesse, de forma geral, no país, uma legislação ou regulamentação que tratasse sobre o tema da prostituição, os delegados estavam determinando as próprias regras e códigos de conduta (Pereira, 2019).

Além da questão moral, enxergava-se, na época, a prostituição como um problema conjunto à questão da imigração. Viam-se os imigrantes como criminosos que, além disso, também seriam os responsáveis pela manutenção e controle do meretrício (Pereira, 2019). Assim, diante da falta de ação do Estado com relação aos costumes e valores da sociedade, a polícia entraria para interceder. Isso ocorria uma vez que as elites da época preocupavam-se com “serem confundidas com a massa de anônimos e imorais no espaço urbano” (Rago, 1985; Sevcenko, 1992, apud Pereira, 2019).

Lena Medeiros (1995) também discorre sobre a questão, porém, de forma mais abrangente. Ela trata da questão dos “indesejáveis”, que vão incluir diversos grupos, mas que de forma geral podem ser vistos como toda pessoa que fosse considerada nociva ou pernicioso para o governo. Diante disso, justificava-se a sua expulsão através de medidas administrativas que eram pautadas em argumentos do discurso científico da época.

Enfim, o trabalho de policiamento moral realizado pela Força Pública parece representar bastante a forma com que os interesses de grupos diversos atuam para influenciar o trabalho dos grupos de segurança pública. A sociedade, principalmente as elites, desenvolvem um senso de moral, e, esse senso, estende-se para pontos nos quais as forças de segurança pública devem agir.

Não só isso, é muito provável que a “delegacia dos costumes” atuasse também com os grupos de imigrantes e ciganos, pois são grupos entendidos como moralmente questionáveis pela elite. E, portanto, eram postos em cheque pela Força Pública para que se adequassem à realidade que deveria ser construída no país, pelo ponto de vista da moral.

Notamos a agência da própria corporação neste momento, os indivíduos que compunham-na tinham opiniões sobre questões diversas, pautadas nos próprios costumes e entendimentos da sociedade, assim, essas questões eram transpostas para seu trabalho. Veremos isso mais adiante, nas discussões dos relatórios dos chefes de polícia, que – como já dito – faziam propostas de mudanças para o trabalho policial altamente pautadas no seu entendimento do que era “correto”.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado aqui, novamente, e, que será tópico recorrente mais a frente, é dos problemas que a Força Pública enfrenta. Isto está quase unanimemente presente na bibliografia que discorre sobre a polícia nesse momento histórico. Portanto, é um ponto de convergência não só da bibliografia, como também das fontes que a polícia necessitava de mais verbas, de um quadro de funcionários maior, condições materiais mais adequadas e de um treinamento mais eficiente.

3 O GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA CRIMINAL

Este capítulo pretende se aprofundar na principal fonte do trabalho, falando sobre seu histórico, propósito e principalmente observando seus efeitos e nuances.

O Gabinete de Identificação e Estatística Criminal³ é o principal personagem do terceiro capítulo, sendo a principal fonte que deu luz ao trabalho e, além disso, uma importante mudança na perspectiva institucional da Polícia no momento de transição do Império para a República. O GIEC foi uma das tentativas de profissionalizar o trabalho do corpo policial nessa virada para a República brasileira.

Ele representou uma grande mudança na perspectiva dos juristas e políticos brasileiros que passaram a enxergar o crime sob uma óptica mais científica. O papel do Gabinete era produzir dados que pudessem ser lidos pela criminologia e fossem traduzidos em uma eficiência maior no trabalho exercido pela Força Pública.

Apesar dessa expectativa de mudanças, a historiografia aponta para uma divergência entre o objetivo do Gabinete e sua real eficácia. Como vimos, Vellasco e Andrade (2018) discorrem sobre o aumento efetivo do número de crimes a partir do final do Império.

Ou seja, apesar dessa tentativa de profissionalização, podemos ver um efeito inverso sendo estabelecido. A hipótese exposta pelos autores supracitados aponta para um aumento do crime em decorrência da descrença no aparato de justiça republicano. A ausência da crença da população na justiça institucionalizada causaria, portanto, um maior número de crimes para “fazer justiça com as próprias mãos”.

Outra hipótese plausível é a de que o aumento da urbanização no pós-abolição seria responsável, também, pelo aumento na criminalidade, considerando que esse momento histórico foi de grande crescimento das cidades e de um aumento da população urbana no Brasil.

Podemos concluir, diante disso, que o GIEC representa uma documentação muito interessante para observar quais políticas estavam sendo pensadas nessa transição e seus desdobramentos na sociedade. Quando discutirmos, a seguir, a documentação produzida por

³ O Gabinete de Identificação e Estatística Criminal representa a Série 3 do Fundo Chefia de Polícia e é composto pelos seguintes documentos: Registros de réus recolhidos às cadeias do Estado; Registros de crimes cometidos no Estado; Mapas de prisão em flagrante e preventiva; Capturas de criminosos pronunciados; Escrituras das cadeias; Matrícula do pessoal do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal; Registros de despesas do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal; Livro para registro de remessas de expediente a diversas autoridades do Estado; Livro de identificação e registro criminal; Mapas de estatística criminal; Fichas de identificação de criminosos; Correspondências do Serviço de Investigações.

essa instituição, será visível o claro objetivo de profissionalizar a Polícia, que talvez não tenha se cumprido

A documentação completa está presente no Arquivo Público Mineiro e foi organizada unindo um grande número de documentações que fazem parte do Fundo Chefia de Polícia, juntando o que pertencia a Secretaria de Polícia de Minas Gerais com o que era da Chefia de Polícia. A documentação completa, após ser organizada em conjunto, tem fontes que vão de 1842 até 1956.

Toda a documentação foi separada, inicialmente, em dez séries, entretanto, no trabalho de finalização, quando foram ordenados de fato os documentos da Chefia de Polícia, houve a adição de cinco novas séries.⁴ Cada série aborda um aspecto específico dos arquivos, abrindo espaço para a visualização de um panorama bastante amplo da polícia neste momento. Podemos abordar muitos aspectos dessa instituição com essas fontes, pois temos acesso a informações infraestruturais, de correspondências, de inventário, de pessoal e à documentação produzida, tanto pelos policiais, quanto pela chefia.

Contudo, o foco aqui é a série 3, que é nomeada como “Gabinete de Identificação e Estatística Criminal”. Sobre ela, vamos nos aprofundar em todas as documentações produzidas para entender melhor o papel dessa Instituição que surgiu no início do século XX.

O surgimento do GIEC está intimamente ligado ao processo de profissionalização da polícia que começou na capital, na época o Rio de Janeiro, e se tornou modelo para o restante do país que deu seguimento na criação desse órgão. O Distrito Federal gestou essa estrutura em forma de lei (Brasil, 1903), logo ela foi colocada na prática e espalhou-se pelo país.

O gabinete em si busca exercer o controle social dos indivíduos considerados criminosos, através de sua identificação, realçando todos aqueles que fossem detidos pela polícia. Além disso, atuava no auxílio das forças de segurança, principalmente, nas áreas de perícia e investigações, fornecendo informações e dados estatísticos de maior confiabilidade. A descoberta científica das impressões digitais e sua utilização no século XX foi de grande

⁴ As séries, em ordem numérica, são as seguintes: Série 1: correspondência recebida, contando com as subséries, 1) presidência da província, 2) corpo policial, 3) delegacia de polícia, 4) magistratura, 5) diversos, sendo estes a tesouraria da fazenda provincial, administração dos correios, diretoria geral de obras públicas, entre outros; Série 2: Correspondência expedida; Série 3: Gabinete de Identificação e Estatística Criminal; Série 4: Matrícula e Autoridades, Funcionários, Policiais e Réus; Série 5: Pessoal; Série 6: Finanças; Série 7: Contratos; Série 8: Ocorrências Policiais; Série 9: Operações Policiais; Série 10: Diversas Séries; Série 11: Expediente; Série 12: Construção e Manutenção de Cadeias e Quartéis; Série 13: Assistência a Alienados; Série 14: Guarda Civil da Capital e Inspetoria de Veículos; Série 15: Serviço Médico Legal e Pronto Socorro Policial. Essa informação se encontra disponível em: APM. Inventário do Fundo Chefia de Polícia. Acesso em: 06 Jan. 2025. Encontrado em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/POL/INVENTARIO_DO_FUNDO_CHEFIA_DE_POLICIA.pdf

avanço para os trabalhos exercidos, provendo um mecanismo seguro que permitia a identificação de pessoas de forma facilitada, em especial a dos reincidentes (Thiesen; Patrasso, 2012; Oliveira, 2020).

Assim, os serviços prestados pelos gabinetes passaram a ser centrais para a atuação da corporação policial, sendo responsáveis por boa parte de seus serviços de inteligência. Além disso, eles permitiam um registro estatístico mais preciso, o que abria espaço para que fosse possível divulgar o trabalho da polícia e tornar mais pública a efetividade da sua atuação.

Todo esforço voltado para a estatística e a criminologia tinha como propósito a redução e, talvez, até mesmo a obsolescência da necessidade do uso da força bruta em abordagens, que aconteceria através da rede informacional proveniente dos dados e informações adquiridos pelos GIEC.

Enquanto isso, especificamente em Minas Gerais, o gabinete teve sua origem em 1909 e há mais de um século recebeu o papel de criar uma Inteligência contra o crime e, de menor importância para este trabalho, emitir documentos da população brasileira.

Essa nova visão sobre como tratar o crime indica muito uma intenção do governo republicano em se provar para a população. Um dos aspectos mais importantes para as elites sempre foi a segurança e um governo que pudesse estruturar um aparato que permita que a população se sentisse segura seria um governo eficiente e bem quisto.

Além disso, era um jeito de mostrar uma modernização e evolução em relação ao regime anterior, pois a criminologia era uma ciência ascendente nesse momento e que estava em alta na Europa da época. Assim, chegou na América Latina com muita força através da intelectualidade que se atrelava muito ao conhecimento produzido fora do país para guiar os estudos nacionais.

Nesse aspecto da criminologia, ela estava muito ligada à criminologia de Lombroso, que acreditava na existência de um perfil biológico de criminoso capaz de ser identificado facilmente de forma científica. O trabalho do italiano aponta para uma forma precisa de definir quais os indivíduos biologicamente predispostos para cometer crimes, gestando a possibilidade de impedir crimes antes que eles acontecessem através da inteligência policial.

Como vimos em Netto (2016), os estudos criminológicos de Lombroso na época eram um misto entre evolucionismo, materialismo e positivismo. E, fenotipicamente, a população descrita como mais propensa ao crime por Cesare era a população negra, um grupo majoritariamente marginalizado no Brasil e que se encontrava destituído de um lugar apropriado na sociedade no pós-abolição. Havia, então, um cenário muito complexo no meio intelectual do Brasil desse momento, pois como discutimos anteriormente através de Alvarez

(2002), a perspectiva criminológica, a partir das ideias de Lombroso, estava amplamente presente na discussão intelectual do país naquele momento. As faculdades de direito discutiam com afincos tais ideias e encontravam muitos adeptos entre os intelectuais brasileiros, apesar de terem sido colocadas de lado na Europa.

Ou seja, em grande medida, o progresso feito pelo Brasil no sentido de estudar o crime estava sendo abarcado por uma teoria que considerava uma parcela significativa da população como tendo grande pretensão para o crime. E não por quaisquer aspectos sociais, políticos ou econômicos, mas biológicos. O GIEC, portanto, surge imerso em discussões bastante problemáticas que faziam parte do imaginário brasileiro.

No sentido positivista de progredir e demonstrar os avanços do novo governo, podemos pensar que esses avanços estavam sendo pensados para uma parcela muito específica da população, aquela representada pelas elites.

Apesar dos problemas na construção e criação deste Gabinete, é possível encontrar diversos aspectos da polícia que são interessantes para a análise da prática policial e como esse trabalho era visto pela própria instituição, numa busca por entender melhor como o trabalho de policiamento e suas nuances sociais e materiais eram vistas por aqueles que chefiavam o trabalho.

Há uma grande gama de diferentes fontes que resultaram dos esforços desse novo Órgão, mas podemos pensá-las em um nível mais prático dividindo-as em alguns tipos: há listas de criminosos – compostas por longas listas que indicam crime, local, indivíduo e procedência – ; fichas de criminosos, que apontam características mais específicas de cada um dos envolvidos nos crimes; relatórios dos chefes de polícia, que são relatórios enviados pela chefia de polícia para os governadores.

Ou seja, podemos enxergar essas fontes por diversos ângulos, focando em um desses tipos para enfatizar diferentes perspectivas na análise. Os relatórios podem ser vistos através da perspectiva de discurso policial; as listas de uma forma mais quantitativa; as fichas de uma forma mais personalizada.

Infere-se, assim, que os relatórios têm um uso mais prático na análise da estrutura e da Instituição policial, pois eles trazem precisamente os pensamentos daqueles que chefiavam esse trabalho e suas necessidades e perspectivas sobre aquilo que havia se passado.

As fichas podem trazer uma gama de olhares, que podem se focar tanto nos indivíduos como nos grupos aos quais eles pertencem, pois elas descrevem características fenotípicas e também aspectos de como o crime ocorreu, abrindo um leque de possibilidades para abordar cada um dos indivíduos nessas fichas.

Enquanto isso, as listas trazem um aspecto mais quantitativo, pois elas representam uma grande quantidade de crimes condensados em poucas linhas, sem muito espaço para discorrer sobre os mínimos detalhes de cada um dos crimes e indivíduos listados ali.

Obviamente, é uma documentação de grande escopo, que traz muitos aspectos e informações variadas sobre a Polícia e os ditos criminosos. Invariavelmente, houve certo sucesso no trabalho do Gabinete quando enxergamos a extensão da documentação produzida por ele, apesar dos problemas e questões previamente levantadas, foi possível um mapeamento muito extenso dos crimes e da Força Pública através desse “serviço de inteligência”.

Talvez o grande problema dessa grande quantidade de informações tenha sido seu uso ou seu foco, pois, como mencionamos anteriormente, Vellasco e Andrade (2018) identificaram um aumento dos delitos nas décadas iniciais da Primeira República, contrariando as expectativas que provavelmente existiam no governo republicano.

Enfim, o foco da minha análise nessa vasta documentação foi um grupo de listas, que se assemelha e segue uma ordem cronológica, demarcada entre os anos de 1913 e 1917, não havendo outras listas similares nessas fontes. Assim, vamos nos aprofundar um pouco nessas listas denominadas de POLs 168⁵, 169⁶, 170⁷ e 171⁸.

3.1 OS POLS

É importante dizer que essas fontes são, por si só, muito estéreis. Ou seja, sem uma análise, elas demonstram muito pouca informação, sendo apenas listagens, que não trazem nenhum tipo de dado qualitativo sem serem submetidas ao escrutínio. Elas são compostas, portanto, de dados majoritariamente quantitativos, que, para serem dispostos em uma observação mais profunda, precisam estar pareados a diversos métodos, que incluem o uso da estatística, a conjunção com outras fontes e, especialmente, o adendo da bibliografia.

As listas simplesmente postas são incapazes de produzir qualquer conhecimento histórico de relevância e, portanto, aqui exploraremos metodicamente as possibilidades que trazem e entenderemos melhor a natureza delas. A intenção é esmiuçá-las de forma que elas tornem-se um objetivo mais fácil de congregar com outras análises.

⁵ APM, “Relações de Crimes Cometidos no Estado”, Notação POL-168, (1913-1915).

⁶ APM, “Captura de Criminosos Pronunciados”, Notação POL-169, (1913-1918).

⁷ APM, “Mapa das Prisões em Flagrante e Preventivas”, Notação POL-170, (1915-1918).

⁸ APM, “Relação de Crimes Cometidos no Estado”, Notação POL-171, (1916-1918).

É importante discutir, antes disso, a neutralidade da fonte, que não existe. Nenhuma fonte é neutra e, portanto, precisamos compreender que a Polícia detinha objetivos diversos ao produzir essa documentação. Para além da produção científica criminológica, existiam também óbvios objetivos políticos e midiáticos, a Força Pública precisava demonstrar um bom serviço para cumprir com esses propósitos.

Como iremos tratar dos Relatórios, também é interessante entender que os indivíduos que compõem as cadeiras da Chefia de Polícia geralmente são pessoas que detêm influência e poder político. Sendo assim, não são simplesmente pessoas que fizeram carreira nas forças de segurança. Ou seja, eles eram parte de grupos hegemônicos da sociedade e tinham suas visões muito ligadas a esse espaço social ao qual estão atrelados.

Os POLs podem ser aglutinados como um grupo, pois apesar de algumas distinções, a sua composição é muito similar. Eles são listas de indivíduos que foram presos, contendo informações sucintas que correspondem ao seguinte: número de ordem; nome; natureza do delito; município onde este se deu; observações. Dentro do último campo, podemos encontrar a procedência dada – se foi feito um ofício ou um boletim e, em alguns casos, a autoridade responsável – e a data, em raros casos, há uma informação extra, como a existência de criminosos que foram presos junto da pessoa listada.

Ao analisar os documentos um a um, notamos algumas individualidades, portanto, vamos nos aprofundar nelas, começando pelo Pol 168: “Relação de Crimes Cometidos no Estado”⁹, sendo esta sua primeira página (figura 3):

⁹ APM, POL 168, (1913-1915).

Fotografia 1 - POL 168, PÁGINA 1

RELAÇÃO DE CRIMES			COMMETTIDOS NO ESTADO	
N.º de ordem	Nomes dos delinquentes	Natureza do delito	Município onde se deu	Observações
1	Antônio Aguiar Soares (colado)	homicídio e off. phys.	Pernambuco	Off. de 22.12.913. (1.ª Legião)
2	Antônio Soares de Brito	"	Ita. Itamar	Off. de 1.º 2.º "
3	" Anderson	offensa phys.	Pernambuco	" " 3.º 1.º "
4	" Antonio Soares	"	Villa Nova de Almeida	Off. de 8.2.913. m. 30
5	" Rodrigues de Mattos	" " graves	Barro Preto	Off. de 12.2.913
6	" Antônio de Oliveira Fontana	homicídio	Barro	" " 3.º 3.º "
7	" Francisco	off. phys.	O. Faina	" " 3.º 3.º "
8	" Monteiro	"	Itabira	" " 3.º 3.º "
9	" Gomes Junior	" " e tent. de morte	Ita. Itamar	Off. de 2.º 3.º " (1.ª Legião)
10	" Paulo	"	Pernambuco	Off. de 3.º 3.º 913
11	" Luciano	homic. involunt.	Ita. Itamar	Off. de 3.º 4.º 913
12	" Jorge Vellozo	homic. de morte	Caravello	" " 3.º 3.º " (1.ª Legião)
13	" José de Almeida	atropelamento	Pra. dos Velhos	" de 1.º del. com. de 1.º 5.º 4.º 913 m. 49
14	" Aguiar	homic. de morte	Villa de Aracaju	" de 2.º 4.º 913. m. 1.º
15	" João da Silva	" " "	Ita. Itamar	" " 4.º 4.º "
16	" Carlos de Almeida	off. phys. graves	Carapicó	Off. com. de morte
17	" Leopoldo	" " "	Barro Preto	Off. de 14.4.913
18	" Norberto	" " graves	Barro	Off. " 5.º 4.º "
19	" Antonio	homicídio	Barro Preto	Off. " de 2.º 4.º 913 (1.ª Legião)
20	" José de Souza	"	Carapicó	" " 2.º 4.º 913
21	" Antonio	homic. off. phys. (ambos)	Villa de Aracaju	" " 4.º 5.º " (1.ª Legião)
22	" João da Silva (Barro)	off. phys. graves	Barro	Off. de 4.º 4.º "
23	" Manoel de Almeida	homicídio	Diamantina (B. de Caridade)	" " 1.º 5.º "
24	" José de Almeida e Almeida e Almeida e Almeida	"	Off. de 1.º 5.º "	" " 1.º 5.º "
25	" Antonio de Almeida (Barro)	"	Off. de 1.º 5.º "	" " 1.º 5.º "
26	" Antonio de Almeida (Barro)	off. phys. graves	Ita. Itamar	Off. de 1.º 5.º 913 (1.ª Legião)
27	" Antonio	homicídio	Villa de Aracaju	" de 1.º 5.º 913 (1.ª Legião)
28	" Antonio	off. phys. graves	"	" " 1.º 5.º 913
29	" José de Souza	" " graves	Barro Preto	Off. de 1.º 5.º 913
30	" Gabriel	" " e morte	Barro	Off. de 1.º 5.º 913

Fonte: APM, Relações de Crimes Cometidos no Estado, Notação POL-168, (1913-1915), p. 1

Como identificamos previamente, esse documento contém cinco campos de informação, o “número de ordem”, o “nome dos delinquentes” – que identifica os indivíduos –, a “natureza do delito” – contendo o crime ou artigo da lei que foi infringido –, o “Município onde se deu” – com a localidade – e as “observações” – com informações técnicas, data e questões extras.

Assim, ele é uma fonte bastante simples, que traz dados majoritariamente estatísticos de forma direta, o que parece ser feito para facilitar a conferência e o acesso a essa informação para o trabalho de inteligência. Há, dentro dessa mesma série do Fundo Chefia de Polícia, outros documentos que são muito mais específicos no trato dos indivíduos, como fichas, que contém informações mais precisas sobre cada uma das pessoas detidas pela polícia.

Objetivamente, há uma grande possibilidade de os POLs analisados aqui terem o mesmo objetivo prático: listas que facilitem a consulta de fichas criminais que estariam listadas em outros POLs. Além disso, poderiam também servir como listas rápidas que permitiriam uma consulta mais eficiente aos arquivos, evidenciando de forma mais efetiva a reincidência, ou não, de um indivíduo.

Porém, como não há um número de referência claro para cada um dos ditos criminosos postos nessas páginas é difícil imaginar a primeira possibilidade levantada, de um documento que sirva simplesmente para a mais pura consulta de outras fontes, como as fichas. Pois, sem uma organização adequada esse processo seria claramente tedioso e difícil, tendo que ser feito exclusivamente pelas datas e procedências.

Além disso, é interessante observar que as procedências não variam muito, mas acabam mudando de caso a caso, principalmente, entre boletins e ofícios, que parecem indicar processos muito diferentes, porque, um boletim deve relatar e registrar o acontecido, documentando a ocorrência, enquanto o ofício representa uma comunicação entre diferentes partes envolvidas e geralmente pleiteia informações ou providências a serem tomadas.

Assim, apesar de ser um documento bastante direto, podemos extrair diferentes informações daquilo que está sendo solicitado em cada uma das listas. Há algumas pequenas mudanças entre uma lista e outra, que serão vistas no descritivo de cada uma a seguir. O que pode indicar uma tentativa de adequar melhor a documentação produzida às necessidades que estavam sendo postas na época, à medida em que se progredia no uso desses formulários na prática.

Ademais, podemos pensar também que esses documentos representavam um bom jeito de aglutinar a grande maioria dos acontecimentos criminais e colocá-los em um só lugar para análise daqueles que estavam no topo da hierarquia. Como os Relatórios dos Chefes de Polícia sempre se debruçaram sobre os acontecimentos do ano e as percepções das Chefia sobre eles, é possível que esses POLs facilitassem esse trabalho.

Enfim, no POL 169, “Captura de Criminosos Pronunciados”¹⁰, a primeira página é a seguinte (Fotografia 2):

¹⁰ APM, POL 169, (1913-1918).

FOTOGRAFIA 2 - POL 169, PÁGINA 1

CAPTURA DE CRIMINOSOS PRONUNCIADOS				NOS PRONUNCIADOS		
N.º de ordem	Nomes dos criminosos	Artigo do código em que foram pronunciados	Termo ou comarca em que foram pronunciados	Município onde foram capturados	Data da captura	Observações
1	Antônio "Rene"	257 and 198 e 193	Cheratiem	Helvécia Fozes	20-12-913	Off. de Helvécia Fozes de 25-1-914, n.º 1
2	"Monteiro de Oliveira"	303	Cheratiem	Cheratiem	12-2- "	" " 13-2-913
3	"Francisco"	294 e 12	Monte	Cheratiem	28- "	" " 24-3- " (1.ª Capt.)
4	"Felix da Associação"	294 e 12 and 198 e 193	Cheratiem	Cheratiem	22- "	Pol. de 28-2-913
5	"Sérgio"	" " " " "	Cheratiem	Monte Fozes	12-3- "	Off. " 5-3- " n.º 7 (Capt. n.º 1)
6	"Claudio"	303	Cheratiem	Cheratiem	18-3- "	" " 14- " " n.º 10
7	"Francisco Pereira"	304 e 12	Cheratiem	Cheratiem	12-4-913	Pol. " 31- " "
8	"José da Rocha"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	" " 7-4- "	" " 5- " "
9	"José de Santa Anna"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	29-3- "	Off. de 24- " (Capt. n.º 1)
10	"Gabriel"	303	Cheratiem	Cheratiem	18-4- "	Pol. de 24- " (Capt. n.º 1)
11	"do Bairro do"	303 e 294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	28-4- "	Off. de 29-4- " (2.ª Capt.)
12	"Vitorino de Santa Anna"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	20-5- "	" " 11-5- " n.º 4
13	"Antônio da Silva"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	12-4- "	Off. de 12- " "
14	"Antônio da Silva"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	28-5- "	" " 28-5- " n.º 10
15	"Francisco da Silva"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	Pol. de 20-9-13	Pol. de 20-9-13
16	"Francisco"	294 e 12 e 198 e 193	Cheratiem	Cheratiem	1-5-913	" " 30- " "
17	"Bachendo de Santa Anna"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	5-7- " 08"	Off. de 5-7- " n.º 1
18	"Antônio da Silva"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	25-7-913	Off. de 25-7-913
19	"Alves da Silva"	303	Cheratiem	Cheratiem	Pol. de 27-8-913	Pol. de 27-8-913
20	"Agostinho da Silva"	304	Cheratiem	Cheratiem	20-9-913	Pol. de 20-9-913
21	"Antônio da Silva"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	1-11-913	Off. de 1-11-913
22	"Carlos"	294 e 12	Cheratiem	Cheratiem	18-11-913	" " 18-11-913
23	"Vitorino da Silva"	303 e 12	Cheratiem	Cheratiem	28-7-913	Pol. de 28-7-913
24	"Francisco"	303	Cheratiem	Cheratiem	29-7-913	Off. de 29-7-913
25	"José da Silva"	303 e 12	Cheratiem	Cheratiem	5-11-913	Off. de 5-11-913
26	"José da Silva"	303	Cheratiem	Cheratiem	31-11-913	" " 31-11-913
27	"Gabriel da Silva"	303	Cheratiem	Cheratiem	30-12-914	Pol. de 30-12-914, Monte Santo

Fonte: APM, Captura de Criminosos Pronunciados, Notação POL-169, (1913-1918), p. 1.

Esse documento é diferente do anterior por três motivos: a primeira diferença está na presença do “artigo do código em que foram pronunciados”, substituindo o delito cometido. Já a segunda envolve a “comarca em que foram pronunciados”, que acompanha o município de captura, havendo, portanto, dois localizadores geográficos distintos. Por fim, existe a “data de captura”, que diverge pouco da data presente nas observações que trazem a procedência dada.

Em comparação com o anterior, o POL 169 traz mais informações, seguindo o mesmo formato. Ao que tudo indica, é um documento mais voltado para o entendimento e a catalogação do processo de captura daqueles que são pronunciados como criminosos. Entretanto, a mudança de “natureza do delito” para “artigo em que foram pronunciados” ocasiona uma eventual perda de informações, pois nem sempre o artigo vai identificar por completo o delito. Um exemplo disso acontece nas “Ofensas Físicas”, em que, quando não se especifica o parágrafo, fica impossível de determinar se elas são graves ou leves.

Apesar disso, essa mudança de natureza para o artigo pode indicar também uma preferência por um aspecto mais formal da produção desse documento, já que os artigos são uma maior especificação do ponto do código penal que foi infringido. Podendo, portanto,

demonstrar um maior preciosismo na demonstração da lei e do trabalho da Instituição conforme o ditame desta.

Podemos também imaginar a possibilidade de que isso passasse uma aparência mais profissionalizada do trabalho policial, que identificaria precisamente um artigo de lei que batizaria seu trabalho. E, como esse foi um momento de tentativa de profissionalizar a Força Pública, essa pode ser também uma alternativa plausível.

Entretanto, como veremos a seguir, isso não foi mantido, o que pode indicar uma tentativa falha nessa mudança, que não agradou a algum dos grupos responsáveis e, então, foi invariavelmente removida.

Em relação à adição do “termo ou comarca onde foram pronunciados” parece ser um grande indicativo do que discutimos anteriormente dessa maior profissionalização e maior conexão com o aspecto da lei e do judiciário em si. Separando as duas localidades, que eram muitas vezes a mesma, a que o indivíduo entrou no processo legal e a que a pessoa foi de fato detida.

Por fim, “a data da captura” nos traz mais essa informação extra, de quando o indivíduo foi detido, divergindo muitas vezes da data da procedência, o que indica que em muitos casos o indivíduo ou estava detido por algum tempo ou foi solto e só depois se deram os trâmites procedurais.

Enfim, haverá mais mudanças na sequência, o que infere uma busca por um documento que se encaixe perfeitamente nas necessidades que ainda não estariam plenamente atendidas.

Na sequência, temos o POL 170, “Mapa das prisões em flagrante e preventivas”¹¹, tendo a seguinte primeira página (Fotografia 3):

¹¹ APM, POL 170, (1915-1918).

Fotografia 3 - POL 170 PÁGINA 1

N.º de ordem	Nomes dos delinquentes	Natureza do delito	Município onde se deu	Foi em flagrante a prisão ou preventivamente?	Observações	Notas posteriores
1	Antônio Vastreiros dos Santos	homicídio	Leão	preventiva	Off. de 12.12.1913. m. 1	
2	" Aguiar de Almeida	homicídio e off. p. p.	Paracatu	flagrante	" " " " (1914)	
3	" Barbosa	off. p. p. grave	Paracatu	"	" " 8. 2. 1914 (1914)	
4	" Faria de Brito	homicídio	Th. Ottoni	"	Pol. de 1. 2. 1913.	
5	" Benício Borel	off. p. p.	Th. Ottoni de Ressa	"	Off. de 1. 2. 1913. m. 30	
6	" Benício de Oliveira Fontem	homicídio	Leão	preventiva	Pol. de 5. 3. "	
7	" Fournier	off. p. p.	B. Faria	flagrante	" " 3. "	
8	" Jovão Jovão	"	Araxá	"	Off. de 8. 3. " (1914)	
9	" Górgio Veloso	tent. de morte	Barão de São João	"	" " 30. " " (1914)	
10	" José de Almeida	atropelamento	Rio dos Rios	"	" " 30. " " (1914)	
11	" Agostinho	tent. de morte	Val da Ribeira	"	" " 30. " " (1914)	
12	" Balthazar da Silva	"	Alto Campo	"	" " 30. " " (1914)	
13	" Bento	homicídio	Barão de São João	"	" " 30. " " (1914)	
14	" José de Sousa	"	Leão	"	" " 30. " " (1914)	
15	" Joaquim	"	Vila Rica	"	" " 30. " " (1914)	
16	" Roberto	off. p. p.	"	"	" " 30. " " (1914)	
17	" de Almeida	furtos	Barão de São João	preventiva	Off. de 30. 6. 1913.	
18	" Antônio de Almeida	tent. de morte	Barão de São João	flagrante	" " 30. 7. "	
19	" Antônio de Almeida	homicídio e tent. de morte	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
20	" José de Almeida	off. p. p.	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
21	" Carlos de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
22	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
23	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
24	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
25	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
26	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
27	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
28	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
29	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	
30	" Antônio de Almeida	"	Barão de São João	"	" " 30. 7. "	

APM, Mapa das Prisões em Flagrante e Preventivas, Notação POL-170, (1915-1918), pg. 1.

Aqui, volta a se apresentar a “natureza do delito” e do “município onde se deu”, com acréscimo de dois outros campos: o primeiro “foi em flagrante a prisão ou preventivamente?”, que traz a simples diferenciação de qual dos dois casos foi, e o segundo, após as “observações”, mostra o surgimento das “notas posteriores”, que incrementam essa fonte com alguns adicionais a posteriori.

Nesta versão, não encontramos mais o artigo, voltando para a natureza do delito, o que é interessante, pois indica um abandono de algo que possivelmente foi entendido como desnecessário para esses documentos, assim como a perda da comarca da pronúncia, dando esse mesmo tom de que esse tipo de informação técnica do judiciário não faz sentido para esse tipo de listagem.

Ademais, como o próprio nome indica, para além de enumerar as prisões efetuadas, há um objetivo claro de entender se elas são feitas de forma preventiva ou em flagrante. Isso é um demonstrativo de como o gabinete vai influenciar no trabalho policial, pois com acesso a esse tipo de estatísticas, as forças de segurança teriam uma visão melhor da quantidade de flagrantes, assim como um caminho para possivelmente identificar a efetividade das prisões

preventivas, caso um indivíduo fosse identificado como reincidente após ter sido preso dessa forma.

A adição de notas posteriores parece seguir nesse mesmo caminho, pois abre espaço para adicionar informações que estariam conectadas a reincidência das pessoas. Ou mesmo, que pudessem ser provenientes do processo legal e das ações posteriores tomadas pelo aparato Institucional.

O último dos POLs que seguem esse formato vem a seguir e parece retomar o aspecto do primeiro dos analisados aqui.

A último material desse tipo é o POL 171 “Relações de Crimes Cometidos no Estado”¹², tendo a primeira página na imagem a seguir (Fotografia 4):

FOTOGRAFIA 4 - POL 171, PÁGINA 1

RELAÇÃO DE CRIMES			COMMETTIDOS NO ESTADO	
N.º de ordem	Nomes dos delinquentes	Natureza do delicto	Município onde se deu	Observações
1916	Antônio Paiva	Off.º phy.	Palmeira	Pol. de 15-1-915
1	" Augusto da Silva (ordem)	Furto	Recor. Bragança	Off.º de 15-3-1915 (3.º)
2	" Maciel de Almeida	Manuseio	S. João do Rio Preto (Vila Rica)	" de 15-3-1915 (2.º)
3	" Pereira dos Santos	Off.º phy.	Olímpio Atoré	" de 15-3-1915
4	" do Costa Cavalcante	"	"	" de 15-3-1915
5	" Balloza	Furto de animais	S. Branca (Café Redondo)	" de 15-3-1915 (2.º)
6	" Alves da Silva	"	"	" de 15-3-1915 (2.º)
7	" Guimarães da Almeida	Furto	S. João do Rio Preto	Pol. de 15-3-1915
8	" Antel	" de animais	João de Fora	" de 15-3-1915
9	" José Rodrigues	Furto de bens e off.º phy.	S. Francisco	Off.º de 15-3-1915 (3.º)
10	" Almeida da Silva	Roubo	Estação da Linha Branca	" de 15-3-1915 (3.º)
11	" Pereira d'Almeida	Furto de bens e off.º phy.	S. João do Rio Preto	" de 15-3-1915
12	" Dias Maciel (alçada)	Assombração off.º phy.	Vila Nova de Lima	" de 15-3-1915
13	" Capella	Furto	Olímpio Atoré	" de 15-3-1915
14	" Rodrigues	Off.º phy. e bens	Palmeira	Pol. de 15-3-1915
15	" Cândido Ribeiro (H. Almeida)	Manuseio	S. João do Rio Preto	" de 15-3-1915
16	" Augusto Antônio	"	S. João do Rio Preto	Off.º de 15-3-1915 (3.º)
17	" Chato	"	Bragança	" de 15-3-1915 (3.º)
18	" Tava	"	Campos Bellos	" de 15-3-1915 (3.º)
19	" de Paula Moura (Pampas)	"	Recor. Bragança	" de 15-3-1915 (3.º)
20	" Juvencio	Manuseio	Olímpio Atoré	" de 15-3-1915 (3.º)
21	" Augusto Nunes	Furto	Campos Bellos	" de 15-3-1915 (3.º)
22	" José Rodrigues de Freitas	Furto de bens e off.º phy.	Recor. Bragança	" de 15-3-1915 (3.º)
23	" da Almeida Santos	Off.º phy.	Olímpio Atoré	" de 15-3-1915 (3.º)
24	" Alves Costa (H. Almeida)	Manuseio	S. João do Rio Preto	" de 15-3-1915 (3.º)
25	" Rodrigues	Furto de bens e off.º phy.	Palmeira	" de 15-3-1915 (3.º)
26	" Nunes de Paula	Off.º phy.	S. João do Rio Preto	" de 15-3-1915 (3.º)
27	" Martins	Manuseio	Campos Bellos	" de 15-3-1915 (3.º)
28	" Maria e outro	Morda falsa	Recor. Bragança	" de 15-3-1915 (3.º)
29	" David	Manuseio	Olímpio Atoré	" de 15-3-1915 (3.º)

Fonte: APM, “Relação de Crimes Cometidos no Estado”, Notação POL-171, (1916-1918), pg.1.

Aqui, como o próprio nome indica, voltamos aos mesmos tipos de informação presentes no POL 168, que também trata da relação dos crimes cometidos no Estado.

¹² APM, POL 171, (1916-1918).

Entretanto, aqui temos uma data complementar a do anterior, indo de 1916 a 1918, diferente do primeiro, que vai de 1913 a 1915.

Podemos entender este como uma retomada ao formato original, pois todas as informações extras foram removidas. Ou, pode ser que os POLs 169 e 170 representem testes de outros formatos para complementar essa lista, mas foi compreendido que o original era mais efetivo e tinha um aspecto mais interessante para o trabalho proposto. Porém, podemos ver isso também como uma série quebrada, pode ser que os outros dois não fossem necessariamente uma continuidade do 168. Estes podem representar, portanto, outras tentativas de produzir documentos nesse formato de lista que acabaram por não vingar.

Uma análise desse conjunto documental mostra um claro exercício do GIEC em prol da padronização e rotinização do trabalho policial para gerar dados quantificáveis e acessíveis para uma análise estatística. Além disso, como pudemos observar, parece haver uma tentativa de ajustar essas listagens para um formato que de fato atenda os objetivos da corporação. Assim, isso parece condizer com o trabalho de profissionalização da polícia que acontece também nesse momento, como elencado por Viscardi (1995). Podemos, então, inferir que é um esforço que parte também nesse sentido de tornar a Força Pública mais especializada.

Este movimento, objetivando uma maior eficiência da Polícia, seria também um movimento político, pois, como já elencamos, o regime republicano recente nas primeiras décadas do século XX ainda é novo e precisa se provar. Há uma necessidade de que seu trabalho seja visto como efetivo pelas elites políticas, econômicas e sociais da época, demonstrando uma evolução com relação ao regime anterior.

Enfim, podemos nos aprofundar um pouco mais em cada um dos elementos presentes nas fontes aqui apresentadas. Logo, veremos a seguir um aprofundamento nos itens e informações de cada um dos POLs estudados.

O “número de ordem” segue o padrão de um numeral seriado que progride de forma crescente, sendo útil na padronização da transcrição dos dados. Entretanto, não são poucos os casos em que, após algum tempo, esses números recomeçam do 1 ou parecem se tornar completamente aleatórios. Penso que existam duas hipóteses que explicam esse fenômeno: a primeira é a de que ao fim do expediente, acabava a contagem, reiniciando-a no dia seguinte. A segunda seria a da existência de um número específico de crimes para serem catalogados por vez, assim, no início de cada leva, a contagem se iniciava novamente.

O “nome dos delinquentes” é o nome completo da pessoa que foi presa, muitas vezes contando também com a sua alcunha. Algumas vezes podemos ver também a profissão nesse campo. Ele sempre segue uma ordenação alfabética, indo de “A” até “Z”. Porém, dentro de

cada letra, a ordem acaba alterada, em casos como “Antônio”, que em alguns casos pode vir antes de “Alberto”. Ainda assim, os nomes iguais ficam agrupados e, em certos momentos, vemos a presença de múltiplas páginas com nomes mais comuns à época em sequência, como é o caso de “Francisco”, por exemplo.

A “natureza do delito”, também encontrada como “artigo do código em que foram pronunciados”, representa os crimes cometidos pelo indivíduo. Esse é um dos índices mais interessantes desta análise, porque permite a visualização das ações que motivam prisões nesse momento. Além disso, aponta também para aquilo que não só acontecia mais na época, como também era mais visado pela punição estatal. Um grande exemplo disso é o número elevadíssimo de crimes violentos¹³ em comparação com crimes contra propriedade. É importante ressaltar que, muitas vezes, múltiplos delitos eram enumerados neste espaço.

As “observações”, que são um ponto em comum na documentação, incorporaram a procedência dada e a data de sua execução. Nelas, podemos encontrar, em alguns casos, o oficial responsável e o tipo de procedimento adotado, entre boletins e ofícios. Esse campo traz um aspecto mais técnico para a fonte, que se enquadra muito no trabalho de rotinização do policiamento. Ele também permite identificar a localização temporal de cada um dos acontecimentos. Além disso, traz algumas informações extras em alguns casos, como o fato de alguém ser capturado junto dos filhos ou de outras pessoas.

Enfim, falaremos agora daqueles aspectos que são únicos para algum dos POLs. O “termo ou comarca em que foram pronunciados” faz uma dupla com o “município onde se deu”, permitindo localizar a ação da prisão judicialmente, além de apontar o local do acontecimento. Esse elemento aborda um aspecto técnico do sistema judiciário brasileiro, já que nem todas as cidades ou vilas têm comarca própria e, assim, há uma necessidade intrínseca de processar legalmente o indivíduo em um local diverso daquele que ocorreu o crime.

A “data da captura” indica precisamente o que seu nome fala, representando quando a pessoa em questão foi capturada pelo aparato de segurança pública. As datas aqui são geralmente idênticas ou com um dia de diferença entre a prisão e a emissão do boletim ou ofício. Assim sendo, é um elemento interessante para observar a velocidade com que tudo isso era feito.

O elemento “foi em flagrante ou preventivamente” também tem um nome bastante autoexplicativo, trazendo um espaço preenchido por uma única palavra: “flagrante” ou

¹³ É importante destacar aqui que os crimes chamados de violentos são quaisquer crimes que atentam contra a integridade física de outrem.

“preventiva”. Entretanto, ele é muito interessante para observar qual tipo de ação prevalecia na maioria dos casos, se havia um padrão para cada tipo de delito, ou até mesmo se isso tudo era apenas aleatório.

As “notas posteriores” são um elemento que está majoritariamente em branco no preenchimento, porém, nas poucas vezes que se encontra preenchido, traz informações sobre a vida da pessoa após algum tempo. Ou seja, nos informa se pagou fiança, se morreu ou sobre os procedimentos judiciais passados.

Assim, cada um desses elementos é responsável por trazer uma informação que é imprescindível para a montagem de um trabalho como o que se espera do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal naquele momento. Apesar de não serem sempre únicos no tipo de informação que tratam em alguns casos, tudo que está ali permite a observação de um panorama bastante específico do crime no estado.

Ademais, a conjunção dessa documentação aponta precisamente para a formação mais técnica da polícia e para um esforço de rotinizar este trabalho, para que o que for produzido ali acompanhasse a produção de outras localidades, permitindo um trabalho de checagem, identificação e de formação de uma base de dados estatística que são caros ao GIEC. A documentação produzida no âmbito do gabinete é muito condizente com o objetivo de observar reincidências e criar mecanismos de inteligência para que se possa evitar o crime antecipadamente.

3.2 A BASE DE DADOS

Após esse aprofundamento nas fontes, podemos discorrer um pouco mais sobre como essa documentação foi tratada. O *Microsoft Excel*¹⁴ foi a principal ferramenta utilizada para transcrição e organização de toda a informação.

A planilha¹⁵ elaborada teve suas colunas nomeadas para conter tudo que foi escrito nos POLs. Além disso, houve a inclusão de informações extras, que podem ser deduzidas ou

¹⁴ O Microsoft Excel é um programa de computador da empresa Microsoft que serve para a criação de planilhas, que podem ser manipuladas e organizadas através de um grupo de ferramentas disponibilizadas no próprio programa, que auxiliam a compreender e separar adequadamente toda a informação disponível.

¹⁵ A planilha é de livre acesso para qualquer pessoa interessada, podendo ser encontrada no seguinte link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1N3_2B3YETj4JdL2mRKeZkTuWkNpGpvBo/edit?usp=sharing&ouid=112036709842742134639&rtpof=true&sd=true. Acesso: 06 jan. 2025.

mesmo inferidas do que está disposto na documentação. Ao todo, existem 40 colunas e 8066 linhas.

No processo de transcrição, foi estabelecido um ponto de referência inicial para localizar informações no futuro. Uma coluna inicial foi reservada no LIVRO dos POLs, onde consta o conteúdo daquela linha, como "Relação de crimes cometidos no estado". Na segunda coluna, é fornecida a REFERÊNCIA específica no formato "POL 168". Em seguida, temos um ID, que representa uma numeração sequencial abrangendo os 4 documentos como um todo. Após isso, temos a ORDEM dentro de cada livro, contando com o primeiro ao último elemento identificado. Em seguida, temos a PÁGINA e a IMAGEM, que indicam respectivamente a página do livro e a foto correspondente. Finalmente, o referencial é concluído com o NÚMERO, que é atribuído pela própria polícia durante o preenchimento do POL.

Essa parte inicial é importante principalmente para um trabalho de checagem da transcrição para qualquer pessoa que queira, de fato, manipular os dados posteriormente. Assim, o acesso a essa documentação somado a planilha permite que terceiros usem e façam suas próprias interpretações e usos dos dados tratados. A imagem a seguir ilustra essa seção (quadro 1):

Quadro 1 - SEÇÃO DE REFERÊNCIA

A	B	C	D	E	F	G
Livro	Referência	ID	Ordem	Página	Imagem	Número
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		1	1	1	1
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		2	2	1	2
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		3	3	1	3
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		4	4	1	4
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		5	5	1	5
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		6	6	1	6
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		7	7	1	7
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		8	8	1	8
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		9	9	1	9
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		10	10	1	10
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		11	11	1	11
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		12	12	1	12
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		13	13	1	13
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		14	14	1	14
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		15	15	1	15
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		16	16	1	16
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		17	17	1	17
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		18	18	1	18
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		19	19	1	19
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		20	20	1	20
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		21	21	1	21
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		22	22	1	22
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		23	23	1	23
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		24	24	1	24
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		25	25	1	25
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		26	26	1	26
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		27	27	1	27
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		28	28	1	28
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		29	29	1	29
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		30	30	1	30
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		31	31	2	31
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		32	32	2	32
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		33	33	2	33
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		34	34	2	34
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		35	35	2	35
Relações de crimes cometidos no Estado. (Gabinete de Identificação e Estatística Criminal)	APM, POL 168		36	36	2	36

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Nas colunas subsequentes, são fornecidas as informações de identificação do indivíduo responsável pelo crime, iniciando com o nome, que é dividido em quatro colunas: NOME 1, NOME 2, NOME 3 e NOME 4, para separar cada parte do nome, como "Antônio", "Cesario" e "Correia". Em seguida, temos a alcunha ou apelido, que pode ocupar até três colunas: ALCUNHA 1, ALCUNHA 2, ALCUNHA 3, como por exemplo "Bahiano". Por fim, é indicado o sexo, inferido a partir do nome registrado.

Essa seção traz uma grande facilidade para identificar quaisquer indivíduos que possam ser encontrados em outras documentações. O nome e as alcunhas ou apelidos, podem servir como base para encontrar essas pessoas de outras fontes e ver se elas foram adicionadas a essas listas.

Ademais, o formato de quadro facilita muito o trabalho de procurar por esses indivíduos já que tem elementos de busca por coluna, o que permite encontrar todas as pessoas com um dado nome dentro da lista, junto com as informações das outras colunas. A ilustração dessa seção pode ser visualizada na imagem a seguir (quadro 2):

Quadro 2 - IDENTIFICAÇÃO

H	I	J	K	L	M	N	O
Nome 1	Nome 2	Nome 3	Nome 4	Alcunha 1	Alcunha 2	Alcunha 3	Sexo
Antonio	Agrifino	Nasarete					M
Antonio	Ferreira	Brito					M
Antonio	Andorinha						M
Antonio	Cesario	Correia					M
Antonio	Rodrigues	Matos					M
Antonio	Bonifacio	Oliveira	Fontoura				M
Antonio	Francisco						M
Antonio	Manteiro						M
Antonio	Gomes	Goiás					M
Antonio	Vasco						M
Antonio	Caetano						M
Antonio	Jovita	Veloso					M
Antonio	Guilherme						M
Antonio	Aquarela						M
Antonio	Vieira	Silva					M
Antonio	Candido	Alves					M
Antonio	Serafim						M
Antonio	Nasareth						M
Antonio	"Anestor"						M
Antonio	José	Souza					M
Antonio	Almires[?]						M
Antonio	Alves	Silva					M
Antonio	Manoel	Oliveira					M
Antonio	Gonçalves	Lopes					M
Antonio	Marciano	Oliveira					M
Antonio	Antonio	Duarte					M
Antonio	Joaquim						M
Antonio	Padovani						M
Antonio	José	Sevina					M
Antonio	Gabriel						M
Antonio	Gabriel	Filho					M
Antonio	Tamar	Moraes					M
Antonio	José	Oliveira					M
Antonio	José	Rodrigues					M
Antonio	Ventura	Silva					M
Antonio	Vicente						M

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A parte seguinte é composta pelos crimes cometidos, com uma seção para todos os crimes e uma para separá-los, além de um campo específico para as categorias de cada crime, que são divididas entre violentos, propriedade, sexuais e outros. As categorias se sobrepõem em ordem de relevância, logo, os crimes sexuais estão no topo, seguidos dos violentos, depois contra propriedade e, por fim, os outros. Ou seja, caso o indivíduo tenha cometido um furto junto de um assassinado, o crime será categorizado como violento.

Essa divisão é importante para permitir pesquisas que se enfoquem em um tipo de criminalidade somente, caso desejemos pesquisar especificamente por crimes violentos, podemos fazê-lo com facilidade ao ter a adição dessa coluna. Além disso, essa coluna facilita

uma abordagem estatística dos crimes, que podem ser visualizados a partir dos números dessa forma.

A categorização é feita para facilitar as pesquisas posteriores no banco de dados, podendo assistir na busca pelos crimes na categoria de interesse ao separá-los. Além disso, com sua divisão em diferentes campos DELITO 1, DELITO 2 e DELITO 3, é possível procurar especificamente pelo tipo de contravenção de interesse. Segue uma demonstração visual desta seção (Quadro 3):

Quadro 3 - TABELA CRIME

Natureza do delito	CategoriaCrime	Delito1	Delito2	Delito3	Delito4
Ofensas Físicas Leves	Violentos	Ofensas Físicas Leves			
Homicídio e roubo	Violentos	Homicídio	Roubo		
Linchamento	Violentos	Linchamento			
Linchamento	Violentos	Linchamento			
Furtos	Propriedade	Furtos			
Ofensas Físicas	Violentos	Ofensas Físicas			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Furto	Propriedade	Furto			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Ofensas Físicas Leves	Violentos	Ofensas Físicas Leves			
Furto de Animais	Propriedade	Furto de Animais			
Ofensas Físicas	Violentos	Ofensas Físicas			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Assassinato	Violentos	Assassinato			
Ofensas Físicas Leves	Violentos	Ofensas Físicas Leves			
Ofensas Físicas Leves	Violentos	Ofensas Físicas Leves			
Furto de Animais	Propriedade	Furto de Animais			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Roubo	Propriedade	Roubo			
Roubo	Propriedade	Roubo			
Tentativa de morte	Violentos	Tentativa de Homicídio			
Assassinato	Violentos	Assassinato			
Assassinato	Violentos	Assassinato			
Ofensas Físicas	Violentos	Ofensas Físicas			
Cúmplice de Homicídio	Violentos	Cúmplice de Homicídio			
Tentativa de Homicídio	Violentos	Tentativa de Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Homicídio	Violentos	Homicídio			
Tentativa de Homicídio	Violentos	Tentativa de Homicídio			
Ofensas Físicas	Violentos	Ofensas Físicas			
Ofensas Físicas	Violentos	Ofensas Físicas			

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Após isso, temos uma parte destinada exclusivamente à identificação geográfica do crime. Neste caso, há um campo para o município onde o crime ocorreu, seguido de campos para preenchimento de distrito, localizando o acontecimento de forma mais específica. Ademais, há também um campo para o topônimo atualizado de cada uma das localidades, para que possamos compreender a geolocalização nos termos atuais.

Essa é uma seção bastante importante para o trabalho, já que foi utilizada para mais tarde montar um mapa que fosse demonstrativo do número de crimes em cada município em comparação com o número de habitantes de cada local – discorreremos mais sobre isso em outra momento neste trabalho.

Além disso, a adição do topônimo atualizado foi um esforço feito para permitir análises comparativas temporalmente, entendendo que as localidades assumiram novos nomes com o tempo e que com esses dados podemos facilitar esforços de pesquisa posteriores. O acréscimo dos distritos também serve nesse sentido, já que em alguns casos distritos de alguns municípios posteriormente se separaram e tornaram-se cidades também. Uma ilustração representativa desses campos é a seguinte (quadro 4):

Quadro 4 - LOCALIDADE

Município onde se deu	Distrito/Localidade	TopônimoAtualizado	Região
Cambuí		Cambuí	Sul de Minas
Palmira		☐ Santos Dumont	Zona da Mat
Muriaé		☐ Muriaé	Zona da Mat
Muriaé		☐ Muriaé	Zona da Mat
Uberaba		☐ Uberaba	Triângulo M
Vila Nova de Lima		☐ Nova Lima	Metalúrgica
Rio José Pedro		☐ Ipanema	Zona da Mat
Ouro Fino		☐ Ouro Fino	Sul de Minas
Montes Claros		☐ Montes Claros	Noroeste
Passos		☐ Passos	Sul de Minas
Sabará		☐ Sabará	Metalúrgica
Ubá		☐ Ubá	Zona da Mat
Rio José Pedro		☐ Ipanema	Zona da Mat
Manhuassú		☐ Manhauçu	Zona da Mat
Abre Campo	S. Anna da Pedra Bonita	☐ Abre Campo	Zona da Mat
Monte Santo		☐ Monte Santo de Minas	Sul de Minas
Carangola	São Mateus	☐ Carangola	Zona da Mat
Muriaé		☐ Muriaé	Zona da Mat
Juiz de Fora		☐ Juiz de Fora	Zona da Mat
Curvelo	Santa Rita do Cedro	☐ Curvelo	Alto São Fra
Alto Rio Doce e Rio Branco			
Monte Santo		☐ Monte Santo de Minas	Sul de Minas
Santa Bárbara		☐ Santa Bárbara do Tugúrio	Metalúrgica
Caxambú		☐ Caxambu	Sul de Minas
Caxambú		☐ Caxambu	Sul de Minas
Manhuassú		☐ Manhauçu	Zona da Mat
Manhuassú		☐ Manhauçu	Zona da Mat
Diamantina		☐ Diamantina	Jequitinhon
Juiz de Fora		☐ Juiz de Fora	Zona da Mat
Barbacena		☐ Barbacena	Metalúrgica
Pitangui		☐ Pitangui	Alto São Fra
Caratinga		☐ Caratinga	Rio Doce
Caratinga		☐ Caratinga	Rio Doce
Jaguari		☐ Camanducaia	Sul de Minas
Monte Santo		☐ Monte Santo de Minas	Sul de Minas
Juiz de Fora		☐ Juiz de Fora	Zona da Mat
São João Nepomuceno		☐ São João Nepomuceno	Zona da Mat

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A procedência, junto de datas relevantes, são o próximo elemento a ser identificado. Há uma divisão específica para data do crime, procedência e se foi flagrante ou preventivo. Tal parte traz uma localização temporal, além dos elementos burocráticos que foram incorporados pela polícia na prisão.

Como discutimos anteriormente, é uma seção bastante procedural, muito ligada aos trâmites burocráticos e administrativos feitos pelo judiciário e pela Polícia, abrindo espaço

para ligar esses dados com documentos de processos legais, por exemplo. Assim, essa parte pode permitir que se faça uma análise combinada de processos legais com as respectivas detenções encontradas nesses arquivos da Força Pública.

Ademais, as datas aqui abrem espaço para uma análise comparativa também com esses documentos judiciais entendendo a extensão temporal entre a detenção e os trâmites legais dessa época. Esta parte está ilustrada a seguir (Quadro 5):

Quadro 5- PROCEDÊNCIA

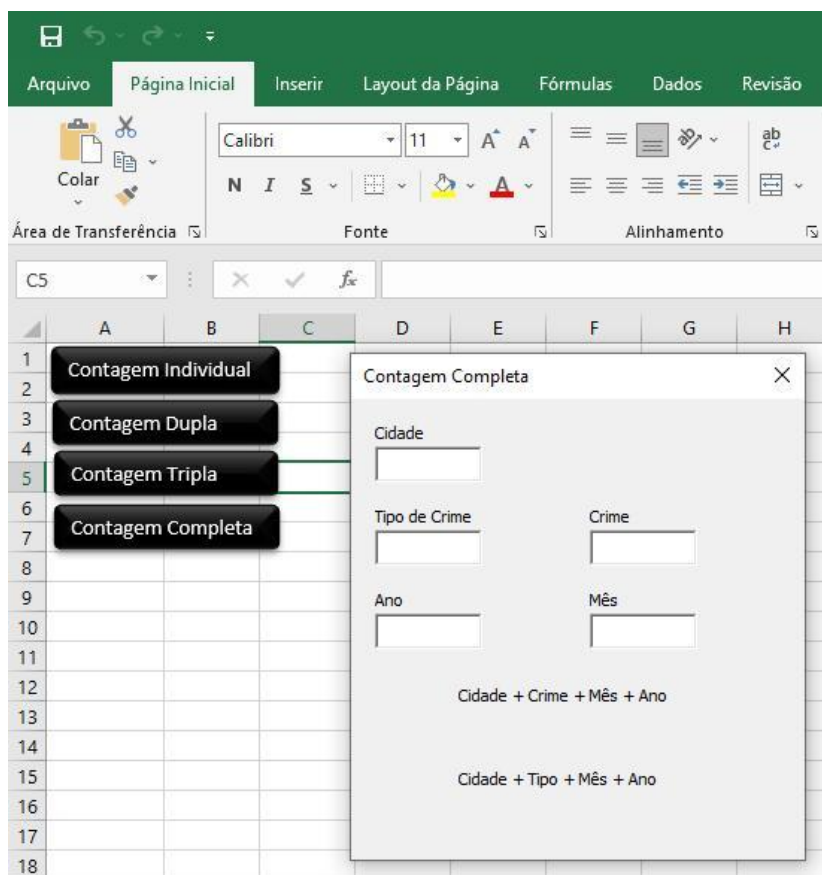
Flagrante/Preventiva	Procedencia	LocalidadeProced	Dia	Mes	Ano	CrimD	CrimM	CrimA
	Ofício do subdelegado		6	5	1914			
	Ofício do delegado especial 2 secao		4	5	1914			
	Ofício do delegado		26	5	1914			
	Ofício do delegado		26	5	1914			
	Ofício do delegado		4	6	1914			
	Boletim		10	6	1914			
	Ofício do delegado 2 secao		6	1	1914			
	Ofício do delegado 2 secao		12	6	1914			
	Ofício do delegado 2 secao		5	6	1914			
	Ofício do delegado gabinete		9	6	1914			
	Ofício do delegado 2 secao		21	6	1914			
	Ofício do delegado		2	7	1914			
	Ofício do delegado 2 secao		23	5	1914			
	Ofício do delegado especial		3	7	1914			
	Ofício do delegado		9	7	1914			
	Ofício do delegado 2 secao		18	7	1914			
	Boletim		22	7	1914			
	Ofício do delegado		23	7	1914			
	Boletim		29	7	1914			
	Ofício do subdelegado 1 secao		26	7	1914			
	Ofício do delegado especial 1 secao		3	8	1914			
	Boletim		17	7	1914			
	Ofício do delegado		6	8	1914			
	Ofício do delegado 1 secao		17	8	1914			
	Ofício do delegado 1 secao		17	8	1914			
	Ofício do delegado especial 2 secao		19	8	1914			
	Ofício do delegado especial 2 secao		19	8	1914			
	Ofício do delegado		4	9	1914			
	Boletim		5	10	1914			
	Ofício do delegado 1 secao		4	10	1914			
	Ofício do Juiz Municipal		2	10	1914			
	Ofício do delegado gabinete		30	9	1914			
	Ofício do delegado gabinete		30	9	1914			
	Boletim		30	9	1914			
	Boletim		18	10	1914			
	Boletim		17	10	1914			
	Boletim		10	10	1914			

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Por fim, há uma parte destinada exclusivamente para observações e notas posteriores. Ela é composta pelas notas e observações encontradas dentro do próprio documento e deixa espaço para que sejam feitos apontamentos de quem está realizando o trabalho de transcrição.

Essa é uma seção pouco fértil dos próprios documentos, mas bastante interessante, pois ela trabalha especificamente com o que o agente da lei julgou ser interessante que fosse

Print 1- BOTÃO DE CONTAGEM



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Neste trabalho, alguns elementos foram unidos para a criação do mapa a ser analisado em conjunto com as outras fontes: o local, a tipologia do crime e, fazendo uso do Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1921 (Minas Gerais, 1921), há um trabalho de recolhimento do número populacional da época. A conjunção desses fatores permite a criação de um mapa que aponta para o número de crimes violentos em cada município mineiro que teve seus dados postos nesses documentos da secretaria de polícia.

Para a criação do mapa, foi feita uma contagem dos crimes por cada 10.000 habitantes de cada localidade. A proporção foi escolhida para trazer números mais expressivos graficamente e mais relevantes, pois isso permite uma visão mais aprofundada do cenário. Entende-se que um número menor que dez mil deixaria números muito pequenos e exigiria um esforço de contagem de casas após a vírgula, e como o intuito é transformar os dados em uma versão mais fácil de ser enxergada números menores seriam contra intuitivos ao propósito.

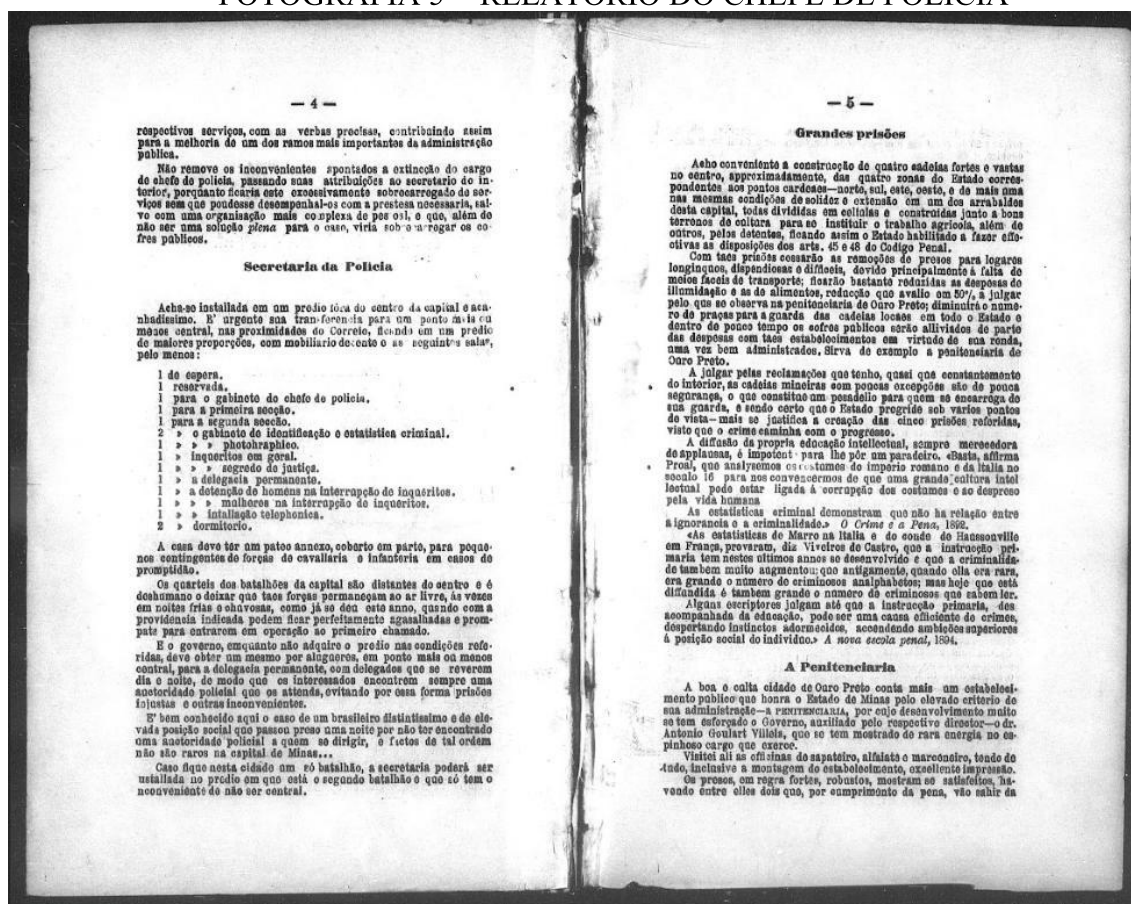
Outra questão importante aqui é entender que nem todas as localidades estão representadas, por inúmeros motivos. Algumas, pelo número praticamente irrelevante de

crimes reportados e outras, pela total inexistência de dados encontrados nesta fonte. Existe, obviamente, uma ausência expressiva nesses documentos de diversas localidades e, possivelmente, de crimes, o que também faz dessa questão um dos objetos da análise, pois é bastante contraditório que um gabinete criado para produzir dados mais confiáveis e estatisticamente relevantes apresente tantas brechas de informação.

Para poder estabelecer uma análise comparativa da produção do GIEC com a realidade do estado de Minas Gerais, faremos uso de outro documento produzido pela polícia, os Relatórios da Chefia de Polícia, juntamente com os documentos da Secretaria de Segurança do Estado, para que possamos analisar a visão tida pela polícia e pelo governo da situação dos crimes violentos naquela época.

Para tornar isso possível, é importante conhecermos também os relatórios da chefia de polícia e observá-los com maior atenção, adentrando inclusive na discussão de um autor que já produziu um trabalho sobre ele. Diferentemente dos POLs, esses relatórios já foram objeto de outras pesquisas, relativamente recentes, como a de Lucas Pereira Aguiar (2017). Em diversos trabalhos, o autor aborda essa fonte, discorre sobre suas peculiaridades e demonstra vários de seus aspectos. Os Relatórios dos Chefes de Polícia têm o seguinte formato (Fotografia 5):

FOTOGRAFIA 5 - RELATÓRIO DO CHEFE DE POLÍCIA



Fonte: Relatório do Chefe de Polícia de 1909, páginas 4 e 5.

Eles são compostos por uma análise periódica exercida pela Chefia de Polícia sobre o cenário do crime no estado. Dentro de sua análise, há a inclusão principalmente de suas percepções sobre o cenário da segurança, além de observações sobre acontecimentos notórios no período. Semelhantemente, os problemas enfrentados pela Força Pública também eram discutidos nos relatórios.

Como um exemplo dos problemas identificados, havia uma clara necessidade de mais agentes em campo, entretanto, a força pública não dispunha desse contingente e, portanto, fazia uso de agentes à paisana (civis). Essa solução temporária foi identificada nos relatórios da Chefia de Polícia (Pereira, 2017).

Para além disso, os delegados de polícia eram uma função não remunerada nesse momento. Logo, seu papel era exercido por pessoas que podiam se dar ao luxo de não precisar de um salário fixo. A função de delegado, então, era reservada a pessoas de classes mais altas ou mais abastadas, que se mantinham de outras formas, que não pelo exercício do trabalho. A

exclusão da população mais pobre desses cargos agrava o problema de que esses já são os indivíduos mais marginalizados e visados pelo policiamento.

Somado a preocupação crescente com a criminalidade e a segurança de diversos setores da sociedade, como as elites políticas e econômicas, intelectuais, da imprensa e do oficialato (Pereira, 2017), os indivíduos que não compõem esses grupos se tornam cada vez mais vulneráveis a excessos e deturpações sistemáticas que talvez beneficiem a apenas um seleto grupo de pessoas.

Outra percepção interessante é a de que o trabalho policial fora tão bem exercido que houve uma manutenção quase ininterrupta da ordem pública. O serviço da polícia militar, portanto, havia dado frutos e contribuído para esse trabalho de manutenção da ordem (Pereira, p. 43, 2017).

A grande questão que se impõe é para quem essa ordem estava sendo mantida e quem eram os favorecidos por ela, se é que fato eram ou apenas estavam se convencendo disso. Pois, um trabalho como o de Andrade e Vellasco (2018) aponta para um crescimento exacerbado da criminalidade na Primeira República, que muito se deve, em seu trabalho, à descrença populacional com o sistema judiciário.

Ademais, problemas como a repressão a grupos específicos, que estão ainda hoje à margem da sociedade, como os ciganos, foram investigados por autores como Camila Similhana (2014), em que a população os culpabiliza por roubos, furtos e outros delitos. E, a autora defende a tese de que a visão que as instituições de segurança e a população tinham era extremamente enviesada e igualava esses grupos culturalmente diversos aos chamados “bandidos comuns”. (Sousa, p. 170, 2014)

É possível notar que a instituição, apesar de sua busca pela excelência e um trabalho efetivo, acaba por trazer visões enviesadas que, através do discurso majoritário, torna invisíveis diversos setores sociais prejudicando-os ativamente. Além disso, mostra também a importância de analisar os Relatórios dos Chefes de Polícia, pois eles contêm a essência desses discursos e entendimentos.

3.3 OS MAPAS E SEUS DADOS

Os mapas são o resultado visual da minha percepção sobre uma das possibilidades a serem extraídas dessa vasta fonte dos POLs, encontrados na documentação do Gabinete de

Identificação e Estatística Criminal. Essa transmutação dos números puros em um gráfico visual atrelado ao mapa permite observá-los por novos prismas.

As informações retiradas que eram importantes para a construção dos mapas foram o topônimo atualizado, trazendo a nomenclatura geográfica mais atual, para refletir no mapa dos dias de hoje; o número de crimes violentos em cada uma destas localidades, revelando a recorrência e o número de registros feitos e, por fim, fazendo uso do Anuário Estatístico de 1921¹⁷ para extrair os dados de população, um cálculo estatístico de crimes para cada 10.000 habitantes, com o intuito de trazer à tona a relevância daquele número no contexto local.

Novamente, é importante o uso desse número de pelo menos 10.000 habitantes, pois considerando os números populacionais levantados para a época, quantidades menores levariam a representação de dados ínfimos, em que a contagem de casas após a vírgula receberia demasiada importância, o que é prejudicial para a observação dos dados como desejamos fazer aqui.

Esses dados foram separados em duas tabelas diferentes, a primeira (Tabela 1) contendo os dados elencados no parágrafo anterior, utilizados para fazer o cálculo dos crimes por habitante, e a segunda (Tabela 2) contendo a representação direta dos crimes por cada 10.000 habitantes, para realizar a montagem do mapa.

TABELA 1- HABITANTES E CRIMES

Cidades	Total de Habitantes	Crimes Violentos Totais
Juiz de Fora	118.166	519
Manhuaçu	85.691	278
São João Nepomuceno	33.531	252
Lavras	42.869	212

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

¹⁷ MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Estatística. Anuário Estatístico de Minas Gerais 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Vol. 1, Ano 1, 1921. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000468&m=3827&n=anuario1921mg1. Acesso em: 08 ago. 2023

TABELA 2 - CRIMES/HABITANTES

Nome_Município	Crimes/Hab
São João Nepomuceno	75,15
Lavras	49,45
Passos	46,54
Juiz de Fora	43,92
Itabira	43,19
Guaxupé	34,73
Manhuaçu	32,44
Ouro Preto	30,51
Palma	29,80
Itapeçerica	28,02
Muzambinho	27,07
Serro	26,11
São Francisco	24,62
Guaranésia	21,09
Caxambú	20,70
Carangola	18,69
Arceburgo	18,14
Rio Novo	17,50
Diamantina	16,85

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Essas tabelas, mais uma vez organizadas no *Excel*, foram construídas de forma mais direta que as anteriores, com menor número de fatores, pois na construção do mapa foi dado um foco aos crimes violentos. E, assim, podemos buscar apenas as informações diretamente ligadas ao objeto a ser produzido, os nomes dos municípios atualizados, o número de crimes violentos e número de habitantes nesses municípios.

Os crimes violentos foram escolhidos em detrimento das outras tipagens encontradas na análise por estarem em um destaque muito maior na fonte. É minúsculo o número de crimes contra propriedade em comparação com os violentos. Além disso, o grupo dos crimes violentos traz uma movimentação social maior, em âmbitos políticos e jornalísticos. Ou seja, é um tipo de delito que chama mais atenção e está mais em voga.

Assim, podemos levantar a possibilidade de que outros enfoques criminais possam estar em menor destaque na fonte, não por serem um número menor de fato, mas por serem menos reportados e receberem menor atenção populacional e institucional. É possível que a população de uma forma geral estivesse menos engajada com as denúncias desse tipo de problema.

Outra possibilidade é a de que esse tipo de crime tem penas e consequências legais menores e, portanto, as pessoas não eram postas nas listas por furtos de menor valor e outros tipos de crimes. Também sendo possível que os próprios policiais deixassem a transcrição de lado para esse tipo de caso, o que acabaria deturpando o número real.

Pensando novamente nas tabelas, elas podem ser interessantes na medida em que revelam algumas coisas, como o fato de Juiz de Fora registrar muito mais crimes totais, quase o dobro que outras localidades, mas não ser o município com maior número de crimes por habitante. Algumas cidades com uma população muito menor têm taxas maiores por habitante, como é o exemplo de São João Nepomuceno e de Lavras.

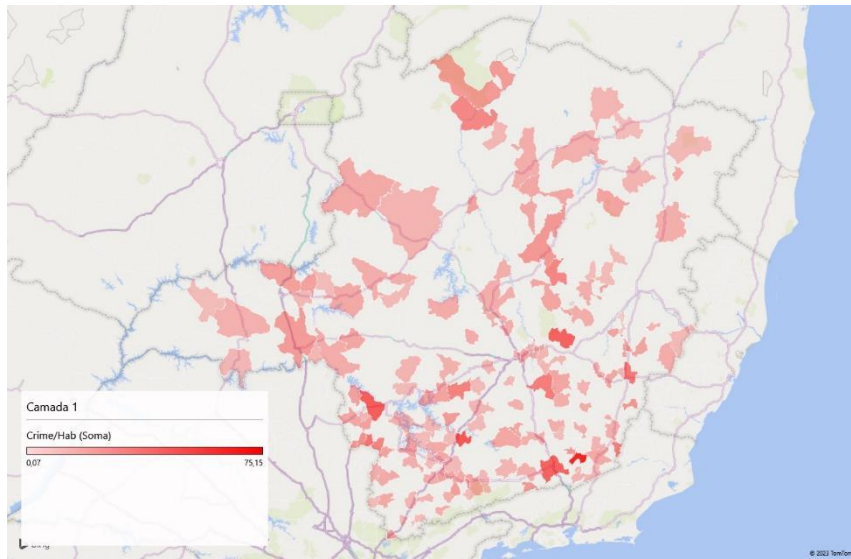
Essa é uma observação relevante, pois o que se assume de imediato é que mais habitantes necessariamente é traduzido para uma maior taxa de criminalidade, o que parece não ser o caso aqui. As tabelas trazem clareza neste ponto na medida em que colocam sob perspectiva o comparativo entre população e crime.

Enfim, com o auxílio desses dados, foi possível produzir no *Excel* um mapa que permite visualizar todos os crimes violentos registrados nos quatro POLs, dando-nos uma amostra direta do que era visto por essa Instituição na época.

O mapa foi feito em dois formatos de infográfico. O primeiro (mapa 1) traz apenas um código de cor, que fica mais acentuado de acordo com o crescimento no número de crimes. Enquanto isso, o segundo (mapa 2) apresenta um modelo 3D, que mostra não só o código de cor, como também uma barra vertical acima em cada localidade, para tornar ainda mais visível o comparativo.

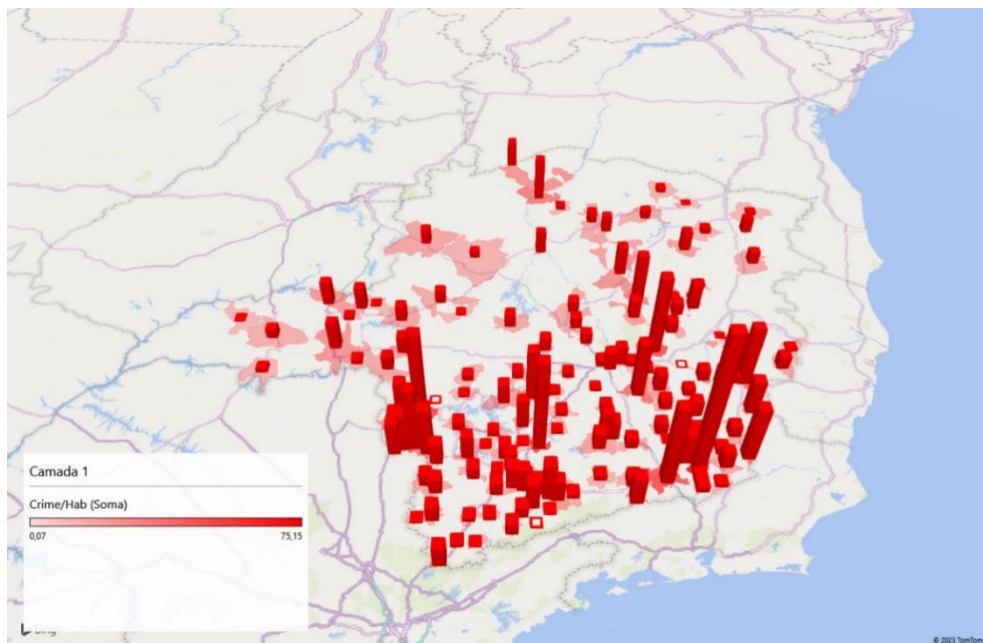
A diferença prática entre um e outro é apenas a facilidade de visualizar os dados, não há diferença no tratamento das informações ou no que está ou não contido na base de cada um dos gráficos a seguir. Entretanto, as informações no segundo mapa são muito mais facilmente visualizadas pelo formato utilizado.

MAPA 1 - PRIMEIRO MAPA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

MAPA 2 - SEGUNDO MAPA



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Em uma análise inicial dos dois mapas, podemos notar que há várias localidades que, ou apresentam taxas irrisórias de crimes, ou – o que é mais provável – têm um grande problema com a subnotificação dentro da base de dados utilizada. Isso já é um indício de que, dentro desta documentação, que apresenta um resumo dos crimes ocorridos no estado no período, o recém-criado GIEC é incapaz de exercer seu papel em todas as localidades.

Há uma grande possibilidade de que o Gabinete não tenha sido capaz de abarcar tamanho território logo no início de suas operações. E, portanto, ficamos com esse grande vácuo no mapa, em que inúmeras localidades estão apagadas.

Outra maneira de enxergarmos isso é a perda de documentos das localidades menores, que acabaram não afluindo para a organização final no APM, quando foi organizada a documentação do Fundo Chefia de Polícia. Assim, muitos documentos que poderiam compor essa estatística do GIEC podem estar em suas cidades de origem, ou mesmo terem sido descartados e nunca chegado a compor a base final que analisamos.

Independente da maneira que pensamos sobre a questão, podemos notar que há um grande vazio no mapa, com diversas localidades apagadas, enquanto outras têm taxas irrisórias que demonstram apenas fazer parte do banco de dados, mas não de forma significativa.

A possibilidade de locais com menores populações não serem integrados é um pouco incongruente, pois Belo Horizonte apresenta pouquíssimas aparições nos dados estudados. Os poucos casos presentes na cidade, portanto, podem representar uma alta efetividade na prevenção de crimes, o que é improvável, ou realmente uma subnotificação. Existe também, a possibilidade que por sua criação tardia e sua demora em crescer os números não seriam tão relevantes.

Olhando através deste prisma, podemos notar que o mapa abre possibilidades de análise sob o olhar de um microscópio local. Podemos selecionar quaisquer das localidades presentes na tabela para investigar melhor o que ocorria naquele local, partindo não só da documentação do APM como de outros locais. O caso de Belo Horizonte é icônico por representar um município de grande relevância que está relativamente apagado de acordo com os preconceitos inertes sobre o tópico.

Logo, o que parece fazer mais sentido é a existência de um controle local do número de crimes em cada localidade que, entre 1913-1918, ano da produção dos POLs utilizados no trabalho, ainda não havia sido absorvido pelo GIEC.

Através dos Relatórios dos Chefes de Polícia, podemos observar também a ótica Institucional sobre o tópico, entendendo melhor como os líderes dessa Corporação enxergam o próprio trabalho. O que a Chefia de Polícia escreve é, portanto, um medidor de quão alinhada com a realidade observada pelas pesquisas estava a percepção dos indivíduos que eram responsáveis pelo controle e aplicação do trabalho da polícia.

Outro ponto importante de observação aqui são os destaques recebidos para localidades como a Zona da Mata e a região Sul de Minas, que aparentam ter muito mais

crimes por habitante que as outras regiões do estado. Seria isso devido à existência de uma efetividade maior das forças de segurança pública, uma melhor implementação do sistema de registro ou realmente um número mais exacerbado de crimes? Podemos também pensar que por serem regiões cafeeicultoras, mais populosas, recebendo mais imigrantes e com grande presença de libertos esses números se exacerbaram. A hipótese mais comum sempre é a de que os maiores centros logicamente vão apresentar números maiores elevados de contravenções, e é muito provável que ela seja realista.

Entretanto, podemos ver outro ponto de vista, pois Ivan Vellasco e Cristiana Viegas têm uma tese bastante interessante em um de seus artigos, que aponta para o crescimento do número de crimes violentos na Primeira República como um todo. As mudanças judiciais e constitucionais seriam responsáveis por uma descrença populacional na solução por meios legais, o que eventualmente levou a um aumento nas soluções através da violência (Andrade; Vellasco, 2018).

O trabalho conduzido por ambos também faz uso do Fundo de Chefia de Polícia e identifica o aumento na violência na comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, apontando para um crescimento muito expressivo a partir do advento da República. A hipótese central é de que a justiça representava uma parte extremamente importante da resolução dos conflitos. Entretanto, a partir do advento da República, eles entendem que houve uma desestruturação do judiciário, que deixa de atender às necessidades da população (Andrade; Vellasco, 2018).

Uma grande discussão dentro do tema da violência é a de que o processo civilizatório seria responsável pela diminuição da violência através do tempo. A cultura, a industrialização e a urbanização seriam de grande colaboração para o avanço da sociedade em direção a um momento mais pacífico (Elias, 1993).

Entretanto, há um entendimento que a transposição da visão de Elias, para o Brasil, não pode ser feita de forma tão direta. Há um cenário muito diferente no Brasil em comparação ao europeu elencado por Elias, com um alto número de crimes violentos aqui. Assim, é difícil utilizar a teoria do processo civilizatório, indicando que os avanços societários são responsáveis pelo declínio do crime no país (Carneiro, p. 175-176, 2017).

4 RELATÓRIOS DOS CHEFES DE POLÍCIA

Neste capítulo, faremos uma análise de alguns relatórios dos chefes de polícia com o objetivo de identificar melhor como os cargos de liderança da instituição enxergavam os méritos e intempéries que a corporação passava nesse período. Além disso, haverá um especial cuidado para observar as perspectivas deles sobre o GIEC de Minas Gerais, já que os relatórios detêm uma seção específica para tratar do gabinete.

Começaremos com a introdução de cada relatório, antes de voltarmos para os pontos relevantes tratados neles, separando estes em diferentes subdivisões, que veremos a frente, para por fim pensar ambos os relatórios comparativamente. É importante deixar claro nesse ponto que a escolha dos relatórios foi feita para coincidir com a periodicidade dos POLs, os relatórios retratam os dois primeiros anos discutidos no POLs. Achei interessante também dar preferência para os de Américo Ferreira Lopes (FOTOGRAFIA 6) e de Herculano César Pereira Silva (FOTOGRAFIA 7), pois Silva menciona Lopes, e achei que relatórios tão próximos temporalmente poderiam mostrar as mudanças imediatas. Gostaria de incluir os relatórios dos anos seguintes até 1918, mas o tempo foi um fator desencorajador nesse sentido.

O relatório de Américo Ferreira Lopes começa, numa sessão de agradecimentos, neste caso, especificamente, é o terceiro relatório deste sujeito como Chefe de Polícia. Ele começa por agradecer o Presidente do Estado “pela honra de exercer o cargo”. Logo em seguida, já começa a notar o progresso que está sendo feito, apontando para os problemas existentes na polícia antes, principalmente, entendendo a instituição como uma organização arcaica, com defeitos que a impediam de progredir.

Lopes vê como grande motivação o progresso conquistado no ano anterior como resultado de um decreto: o decreto n. 3.407 de 16 de janeiro de 1912 (Aprova O Regulamento Da Polícia, 1912). Este decreto foi responsável por codificar as mudanças julgadas necessárias pelos Chefes de Polícia anteriores, principalmente através de uma simplificação no expediente e de completude no quadro de pessoal.

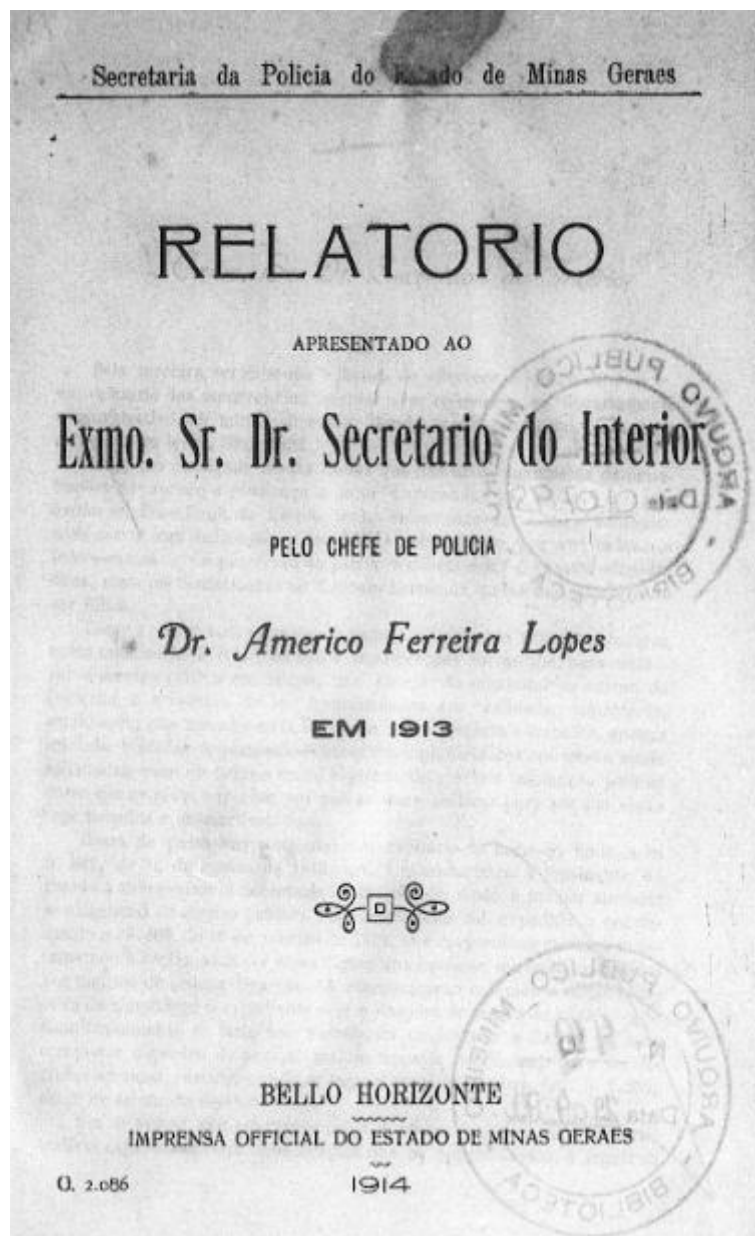
Este início de relatório é bastante político, na medida em que podemos ver que há muitos elogios ao trabalho dos superiores, que detêm o poder político para alavancar a carreira do indivíduo que escreve o relatório. Os elogios tecidos ao trabalho, acabam sendo também em grande medida elogios aos políticos responsáveis pelas mudanças na legislatura citada.

As mudanças promovidas geraram, de acordo com o relatório, uma eficiência muito maior no trabalho a custos baixos para os cofres públicos. Houve, portanto, um aumento no número de policiais, além de uma melhor organização de seu trabalho, permitindo uma maior celeridade em suas ações. Apesar disso, o Chefe de Polícia ainda julga necessárias mais mudanças, que visam atribuir aos delegados auxiliares outras funções, sem um significativo aumento nas despesas.

Podemos ver aqui que existem ainda problemas e que eles são mesclados com os elogios numa busca por criar um ambiente favorável para solicitar por mudanças e conseguir efetivamente realizar a visão do Chefe de Polícia.

Porém veremos ao seu final que é muito claro como este relatório tem amplas críticas à questão financeira da polícia. Há um grande número de pontos elencados nele em que o principal problema evidenciado é a falta de verbas para a realização de algo. Há um tom bastante crítico nesse sentido por parte de Américo.

Fotografia 6 - Relatório do Dr. Américo Ferreira Lopes



Fonte: Relatório do Chefe de Polícia Américo Ferreira Lopes, 1913.

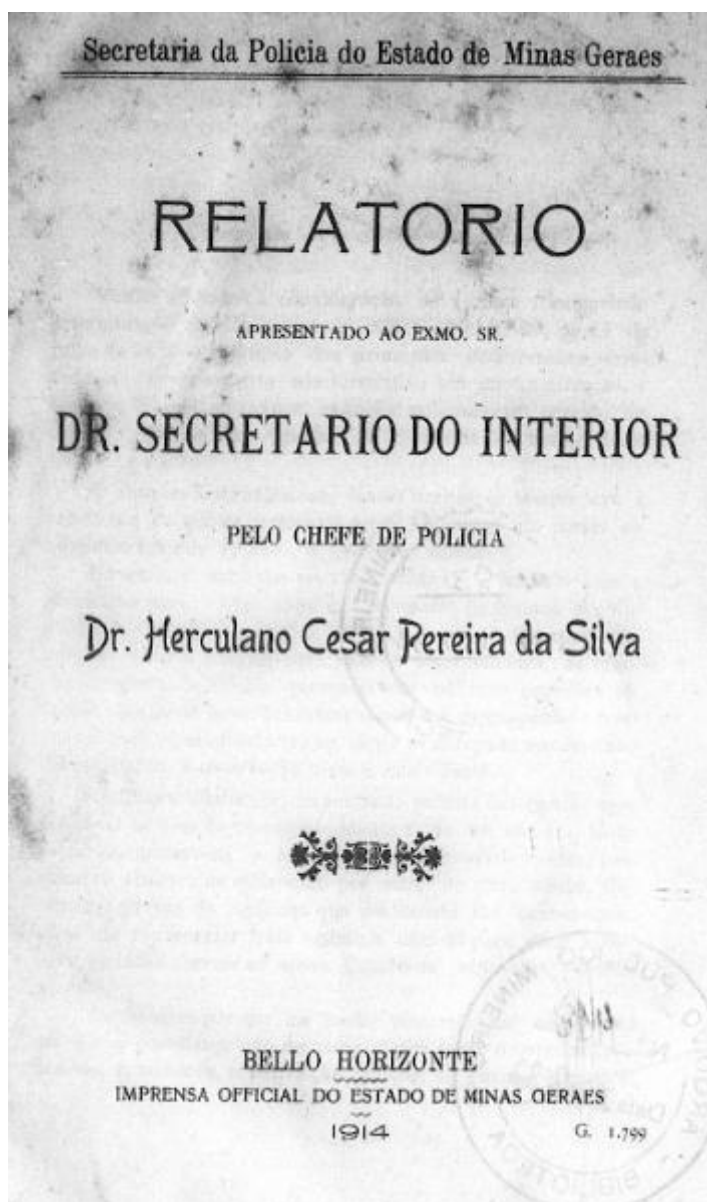
Herculano César Pereira da Silva começa com agradecimentos pela nomeação ao cargo, no qual atuou em 8 dos 12 meses do ano, apreciando a confiança e a honra de assumir essa posição. Logo em seguida, trata da Secretaria, que é amplamente elogiada por seus esforços em melhorar o trabalho policial, através do decreto n. 3.407 de 16 de Janeiro de 1912 (Minas Gerais, 1912), dizendo que esse decreto trouxe progressos imensuráveis, principalmente na celeridade do andamento da repartição. O aspecto econômico das medidas tomadas nesse decreto de regulamentação da polícia também é alvo de admiração no relatório.

Podemos notar aqui um aspecto muito político da relação estabelecida entre os cargos, há uma necessidade exacerbada de denotar os aspectos positivos da Secretaria e do detentor

do cargo Américo Ferreira, que foi o antecessor de Herculano Silva, de forma a agradecer pela nomeação recebida.

A parte final do relatório se coloca a dizer que não houve nenhuma questão que atentou de forma muito expressiva graças ao “amor pela ordem e a paz” do povo mineiro e ao trabalho incessante da Policial. Como veremos, é uma questão contraditória a necessidade de um policiamento cada vez mais ostensivo em contrapartida a um povo pacífico e ordeiro.

Fotografia 7 - Relatório do Dr. Herculano César Pereira da Silva



Fonte: Relatório do Chefe de Polícia Herculano Cesar Pereira da Silva, 1914

Deste ponto em diante podemos dividir os pontos tratados nos relatórios em quatro diferentes agrupamentos por subseções: a profissionalização dos procedimentos, a dimensão e

formação das tropas, a relação com a sociedade civil e a infraestrutura da Força Pública. Assim, podemos ver as especificidades de cada relatório lado a lado.

4.1 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Nesta seção discutiremos os pontos que tem um foco na profissionalização dos procedimentos utilizados pela polícia, de forma a tornar o trabalho policial mais regrado e o cotidiano da polícia mais padronizado. É o ponto também em que há maior menção ao GIEC, que será mencionado de forma constante em ambos os relatórios analisados.

Ao discutir sobre o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, Américo Ferreira Lopes o elogia em grande medida discorrendo sobre a importância que ele vê no trabalho de perícia através da identidade. Notadamente, as impressões digitais representam aqui um papel de exímia importância e são consideradas o método mais eficaz e seguro de seus resultados. Inclusive, um Convênio Policial, ocorrido em São Paulo, determinou no ano anterior que as “impressões dígito-palmares” seriam o processo exclusivo para todos os tipos de identificação.

Em um relatório de Renato Carmil, no Rio de Janeiro em 1897, falava-se sobre a dificuldade de implementar o sistema de impressões digitais e debatia que o sistema que era utilizado na época seria muito mais constrangedor do que o uso da tecnologia das impressões digitais (Galeano, 2012).

Ou seja, o instrumento das impressões digitais foi um importante fato para o trabalho da criminologia no Brasil que, quando adotado, tornou-se um padrão para todos os estados e suas polícias, tanto na identificação civil, como criminal. E, a despeito das críticas inicialmente tecidas ao sistema, veremos que os Chefes de Polícia foram muito elogiosos com sua adoção.

Outro destaque na questão do GIEC foi para o aumento no número de registros de forma geral, tanto de criminalidade, quanto de expedição de carteiras de condutor, que aumentaram bastante se comparado ao ano anterior. Houve, também, um aumento expressivo no número de candidatos para a Força Pública. É interessante notar, que na época a expedição dos documentos era paga e produzia um certo rendimento para o Gabinete (que neste caso foi de 470\$000).

Muito provavelmente os aumentos são uma consequência do trabalho que está se organizando, o baixo número inicial vem crescendo como consequência direta do avanço do

trabalho policial que está se profissionalizando para atuar com o esse trabalho estatístico, tanto criminal, quanto civil.

Algo que foi identificado como um problema por Lopes foram os dados sobre os indivíduos que haviam cometido algum tipo de delito. Pode-se notar que muitos haviam falecido, tido seus crimes prescritos ou já haviam sido capturados. Além disso, foi feito um trabalho de tentar organizar mapas da criminalidade em cada comarca, porém, houve um número considerável de comarcas que devolveram-nos em branco. A expectativa era de que no futuro eles seriam devidamente preenchidos.

Podemos ver aqui que rapidamente as estatísticas começam a se tornar mais relevantes para o trabalho policial e que o próprio Chefe de Polícia está buscando uma forma de ampliar esse trabalho de coleta e torná-lo mais eficiente, para que seja possível cobrir as lacunas que ele está encontrando a medida que esse trabalho vai sendo realizado.

Outro ponto relevante é que diversas localidades ainda não detinham as filiais do GIEC e, portanto, trabalham com uma documentação diferente e muitas vezes inexistente ou com lacunas problemáticas. Entretanto, isso já estava começando a melhorar, apesar de ainda não estarem exatamente como o desejado.

Com relação à produção da estatística carcerária, ela também não se encontrava padronizada, porém, uma das determinações da Chefia de Polícia era que fosse enviado livros para que houvesse uma regularidade nesse trabalho estatístico. Porém, o Gabinete estava reproduzindo todo o movimento das cadeias a partir de mapas que eram posteriormente escriturados pelos carcereiros.

Como vimos, o trabalho estatístico foi o grande destaque do trabalho do GIEC neste momento. Américo, estava visando avançar o máximo possível com esse trabalho de inteligência através de todas as instâncias e localidades, produzindo um trabalho padronizado e em teoria eficiente.

Em comparação, o relatório de Herculano César Pereira Silva começa a dissertar sobre o GIEC, que é amplamente valorizado por ele, sendo colocado como imprescindível para a manutenção dos serviços policiais com eficácia. O principal aspecto ressaltado aqui será o de identificação, que será posto como muito relevante na medida em que, com seu avanço, tem fornecido estatísticas relevantes sobre o crime.

O autor aponta para uma melhora no trabalho policial de uma forma geral, através das ações coordenadas pelo Gabinete, que auxiliaria em diversas questões já elencadas neste trabalho, como na rotinização do trabalho policial e, principalmente, na melhora da coleta de dados, trazendo uma perspectiva mais científica.

É muito provável, de fato, que o trabalho do GIEC tenha corroborado para uma organização mais regrada do trabalho rotineiro da polícia, entretanto, é de se questionar se apenas a criação e manutenção desse órgão é responsável pelas supostas melhorias elencadas. Pois havia, nesse momento, como pudemos observar, um olhar bastante intenso para a segurança pública. Ou seja, existia um movimento social e político que demandava um trabalho mais sério por parte da Força Pública.

Outro aspecto de muito destaque no relatório é o do avanço do trabalho de identificação geral, da população comum, que é visto com olhares bastante positivos. Herculano aponta ainda para a facilidade que as impressões digitais, aqui chamadas de impressões *dígito-palmares*, trouxeram para o aspecto da identificação individual. Ele ainda aponta para a expedição de 170 carteiras de identidade como uma mostra do avanço deste aspecto.

De forma geral, houve um aumento de 1493 identificações de um ano (1912) para o outro (1913), incluindo as dos indivíduos considerados delinquentes e as gerais, de identidade e de condutores de veículos.

Esse é outro aspecto interessante do trabalho do Gabinete, pois ele foi mantido até os dias atuais, podemos ver ainda a documentação de identificação no Brasil, de forma geral, é feita pela Polícia. A identidade é geralmente feita pela Polícia Civil ou pela Secretaria de Segurança Pública dos estados, a carteira de motorista é expedida pela Polícia Militar, o passaporte é da alçada da Polícia Federal.

Ou seja, esse processo de identificação, que foi muito motivado por um ideal de identificar criminosos, transpôs-se para o âmbito geral e foi mantido na alçada da Polícia. E, podemos ver, aqui, o processo gradual da identificação da população mineira, tendo um aumento ligeiro de um ano para o outro, através dos dados obtidos pelo gabinete.

Em seguida, são elencados os tipos de identificação sendo feitos pelo GIEC, nesse momento, em ordem de regularidade, sendo os seguintes: identificação criminal, carteira de identidade, do pessoal alistado à Força Pública do Estado, de passaportes e de atestado simples de identidade.

Neste ponto, é dito também que as identificações criminais são feitas também na Capital (Belo Horizonte) e, assim, podemos notar que, de fato, é muito provável que a documentação referente a esses registros esteja em algum outro arquivo, ou talvez tenha se perdido, pois, como apontamos anteriormente, esses registros são escassos nas fontes com as quais trabalhamos nesta dissertação.

Há também o registro do aumento do número de filiais do GIEC no Estado, com a criação de duas novas, uma em Viçosa e outra em Leopoldina, no ano de 1913, totalizando 14 unidades em funcionamento neste momento. Podemos ver, então que, rapidamente, após sua criação, o Gabinete veio se espalhando pelo estado e seu trabalho foi sendo disseminado em diferentes municípios que recebiam suas filiais e trabalhos.

Vemos também uma ressalva do autor, que indica a existência de um problema de longa data na coleta de dados estatísticos, um trabalho dito por ele “penoso e muitas vezes impraticável”. Porém, com o advento do trabalho do Gabinete estava lentamente se tornando mais viável e tendo suas dificuldades afrouxadas, mesmo que ainda existissem lacunas preocupantes nos dados.

Podemos notar que, apesar de todos os elogios feitos por Herculano Pereira ao trabalho do GIEC e seu contínuo esforço em demonstrar a eficiência deste, havia problemas e dificuldades que estavam sendo enfrentadas. Como pudemos observar anteriormente, nos POLs, fica nítido a existência de lacunas e de uma certa imprecisão na elaboração dos documentos pelo Gabinete.

Outro ponto mencionado é o da comunicação entre as instâncias do Gabinete e as Delegacias, que seria feita através de um boletim que era impresso e distribuído em todas as Delegacias. Isto buscava uma comunicação frequente das ocorrências e também da obtenção de resenhas sobre o movimento criminoso.

Isso indica uma tentativa de estabelecer uma relação relativamente unida e, além disso, estabelecer um movimento conjunto de trabalho dos diferentes locais responsáveis por esse trabalho de atuação na segurança.

As cadeias também são mencionadas aqui e tem essa menção de forma ambígua, tanto positiva, como negativa, determinando a existência de locais com registros falhos, inconsistentes e recheados de omissões e de outros, nos quais a documentação era levada de forma mais séria, sendo produzida de forma consistente e bem elaborada. O GIEC atuou também na padronização dos documentos produzidos nestas instituições, para que não houvessem mais equívocos por parte dos carcereiros.

Um grande problema citado aqui é que foram encontrados registros de indivíduos que estavam presos por tempo superior ao que deveriam estar presos. Sendo mantidos nos centros de reclusão por um aparente “esquecimento” pelo sistema, o que denota um descaso da justiça para com esses indivíduos. Entretanto, essa menção é atenuada parcialmente pelo fato de que com a interferência do Gabinete nas documentações essa questão foi notada. Não há indícios, no entanto, de uma solução propriamente dita para este problema.

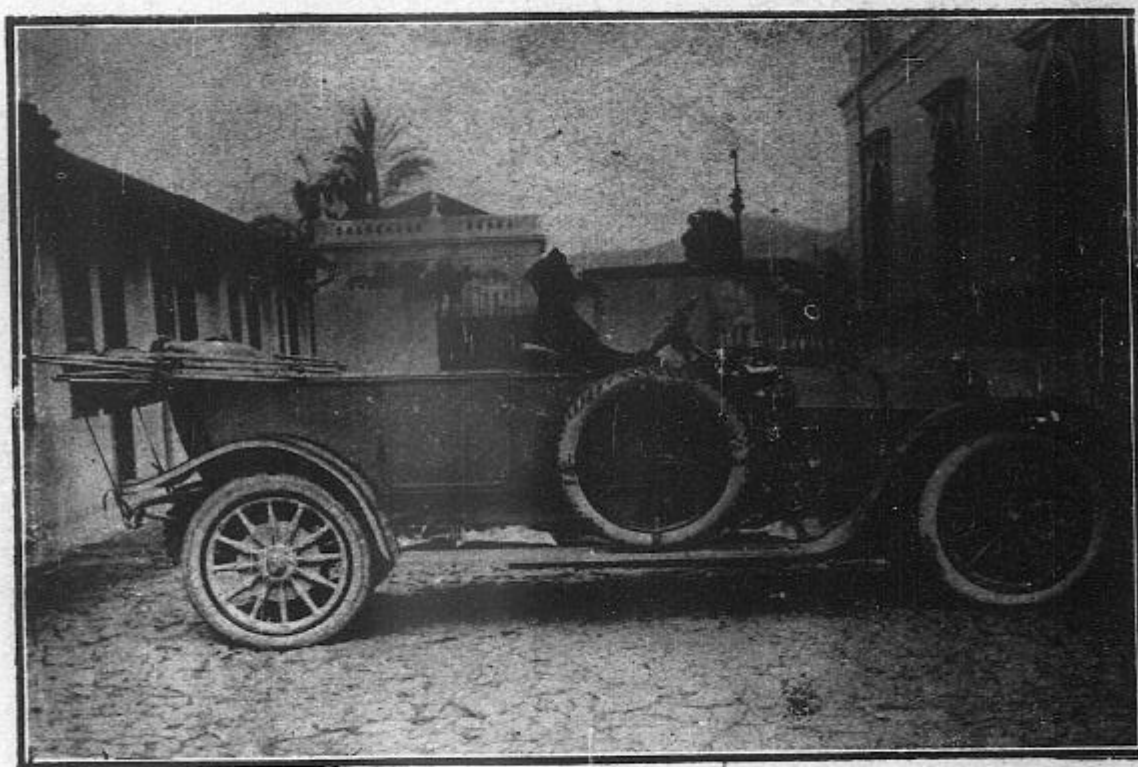
Um ponto muito interessante mencionado ao final da parte que trabalha com o GIEC é o do intercâmbio de informações que estava sendo feito neste momento. Herculano Silva descreve um trabalho de troca de informações datiloscópicas por parte dos Gabinetes ao longo da união. Este trabalho tinha por objetivo não só facilitar o reconhecimento de reincidentes, mas também impedir a entrada de indivíduos que haviam cometido crimes de ingressar nas corporações policiais.

Ou seja, houve aqui um trabalho também de tentar filtrar os indivíduos que fariam parte da Força Pública, tentando barrar pessoas condenadas de participar do grupo responsável pela segurança do estado.

O ponto seguinte por parte de Américo Ferreira Lopes disserta sobre veículos, apontando para o sucesso no trabalho de registro e fiscalização do movimento de veículos pela Capital. Algo que, segundo o relatório, foi muito bem visto pela população. Aqui vemos que a Guarda Civil estava responsável pelo trabalho de fiscalização e que, novamente, faltava pessoal. É apresentada também uma gravura do automóvel do Chefe de Polícia (fotografia 8)

FOTOGRAFIA 8 - AUTOMÓVEL DO CHEFE DE POLÍCIA

Fonte: Relatório do Chefe de Polícia Américo Ferreira 1913



Automovel do Chefe de Policia

Do outro lado, sobre a inspeção de veículos, visto que para Herculano César o trabalho da guarda civil era importantíssimo, pois sem ela o número de acidentes seria muito maior. Portanto, era necessário, mais uma vez, o aumento do contingente de pessoas que fossem responsáveis por essa questão.

As carteiras de identidade também são importantes nesse ponto, feitas pelo GIEC com as impressões digitais, elas ajudavam a reconhecer os trabalhadores, o esforço não foi tão bem sucedido necessitando a matrícula de mais indivíduos. Uma informação que salta aos olhos nessa parte é a de que alguns indivíduos seriam julgados como indignos de serem matriculados no registro, devido aos seus antecedentes.

A exclusão de certos indivíduos dessa matrícula baseada em seus antecedentes é um fato notável aqui, pois é contraditório com o discurso anterior que vinha seguindo a linha de que os criminosos deveriam ser reintegrados e deveriam encontrar um trabalho lícito para voltarem a fazer parte da sociedade.

Um dos últimos pontos na análise de Lopes fala sobre o serviço doméstico, no qual ele propõe a criação de uma carteira que identifique o trabalhador, para tornar mais fácil a repressão da vadiagem. Talvez seja possível pensar nisso como um precedente da carteira profissional ou carteira de trabalho, apesar de terem objetivos diversos.

A seção de investigações e capturas em Américo Lopes também trata da profissionalização dos procedimentos. Nesta, podemos ver detalhada forma com que se organiza o grupo responsável por investigar os crimes. Grupo este que foi mandado para treinar com o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal para aprender a lidar com as impressões digitais e com o retrato falado. Há menção deste mesmo trabalho sendo realizado pelo próprio GIEC.

Essa questão corrobora muito com a ideia já discutida sobre como o trabalho policial avança em direção da “inteligência”, num sentido de tentar solucionar crimes para além do que está claro e até mesmo buscar utilizar das ferramentas disponíveis para refrear a criminalidade sem a necessidade de um policiamento ostensivo.

A criação de um Gabinete de Investigações e Capturas, discutida por Herculano Silva, mostra-nos uma clara evolução dessa parte de investigações e capturas de Lopes. Esse órgão teria um papel investigativo, de checar os antecedentes de cada indivíduo mesmo os que não tivessem passagem pela polícia. Eles faziam uso da documentação que era produzida pelo GIEC e seu trabalho de identificação.

É interessante perceber a influência do GIEC aqui, pois apesar de ser um órgão relativamente recente ele de fato se tornou referência para a corporação de forma rápida. A criação de um outro gabinete, com um trabalho investigativo que faz uso da documentação do GIEC é um sinal de que a polícia estava sendo muito permeada pelo trabalho deste.

Silva, então, menciona um fato bastante interessante: a criminalidade não estava crescendo proporcionalmente ao aumento populacional na Capital. Fato que ele relaciona a um “espírito de ordem e reverência às leis” do povo mineiro e ao trabalho de policiamento sendo feito pelas delegacias locais.

Lucas Aguiar menciona esse fato em um de seus trabalhos e aponta que esse discurso sobre a população é bastante controverso, pois em outros momentos vemos Chefes de Polícia criticando o povo e atribuindo a ele características negativas (Pereira, 2017). Portanto, apesar

da criminalidade não estar crescendo tanto quanto o esperado, algo positivo, as motivações encontradas pelo delegado não fazem muito sentido.

O próximo eixo discutido no relatório de Herculano Silva são as escoltas ambulantes, que seriam basicamente patrulhas policiais com o objetivo de buscar por foragidos. Essa “necessidade” é posta devido ao número de indivíduos que estariam pronunciados, mas que gozavam de plena liberdade, protegidos, inclusive, por elites locais. Outro ponto que buscavam evitar com essa medida seriam os linchamentos e movimentos de justiça popular, que ocorriam diante da impunidade de certos indivíduos.

O GIEC atuaria como um instrumento para auxiliar a encontrar esses indivíduos e também para auxiliar em casos de fuga para fora dos limites estaduais ou municipais, pois o compartilhamento de dados permitiria a outras corporações encontrarem o indivíduo fugido.

Aqui podemos ver uma iniciativa que acabou se concretizando nos dias atuais, com as patrulhas e rondas policiais que cruzam a cidade de forma regular. É notável que as mudanças promovidas pelo Gabinete parecem ter servido para além de tentar gerar uma melhora regional, criando também um ambiente propício para a conexão entre as instâncias da polícia em diferentes lugares.

O último ponto de Herculano Silva no tópico nessa linha trata da extradição de criminosos que, de acordo com o relatório, estaria sendo feita de maneira o mais eficiente possível, corroborando com o acordo de cooperação interestadual e intermunicipal. Mas, julgava-se necessário o estabelecimento de certos prazos para a execução desse tipo de procedimento.

Esse é um ponto simples e sucinto que apenas reforça o papel que está tendo o GIEC em estender os trabalhos de cooperação das Forças Públicas e, na mesma medida, também de encontrar indivíduos que estariam tentando escapar para outras localidades para evitar a prisão.

Podemos notar, então, que o trabalho do GIEC e as tentativas de modernização da polícia estavam sendo vistas como de extrema relevância pela Chefia de Polícia. Não só isso, como podemos notar que os números produzidos estavam sendo utilizados e levados em alta consideração. Ademais, o trabalho de Identificação parece ser um dos pontos mais importantes na visão dos relatórios que abordamos aqui.

4.2 DIMENSÃO E FORMAÇÃO DAS TROPAS

As tropas são de caráter imprescindível para o trabalho da Força Pública, no entanto, elas são um dos campos de maior disputa. Vemos que constantemente necessita-se de novos números e, muito lentamente, esses desejos por novas tropas vão sendo atendidos.

Ao discutir a Força Pública, Américo Ferreira Lopes tece uma forte crítica ao problema da falta de mão de obra, pois foi considerado de exímia dificuldade o trabalho de distribuir o pessoal que estava ali disposto conforme a necessidade. Outro problema citado seria o número de imigrantes que estariam chegando a Minas Gerais, por suas diversas riquezas, o que intensificava a necessidade de policiamento, mesmo sem o devido acréscimo de contingente.

Há uma crítica ao número limitado especificado em lei de 3.000 praças, pois isso não permite ceder aos municípios números suficientes para todos os serviços necessários, entre servir de guarnição para as cadeias, policiamento das sedes e realizar o trabalho de campo necessário. De acordo com o relatório, isto estaria causando grande impunidade, pois as autoridades não conseguiam de fato prendê-los.

Na tentativa de sanar essa questão, pensavam na possibilidade de os batalhões estarem localizados na Capital e seguirem por meio de transporte fluvial ou ferroviário para as localidades que necessitavam de seu trabalho, porque as localizações daquele momento dificultavam a chegada das tropas em tempo ágil. Assim, também seria possível fornecer treinamento a todos por um profissional que seria contratado pelo Governo.

A questão do contingente era, como aponta a literatura, um problema constante que não se sanou rapidamente e, como podemos ver, os Relatórios denotam uma tentativa da Chefia de Polícia de lidar com este problema. Porém, um aumento na Força Pública representaria também um aumento de gastos, o que provavelmente seria o maior impedimento para que isso de fato acontecesse.

Camila Similhana (2014) aponta, no mesmo sentido, ao mencionar que diversos relatórios anteriores aos estudados aqui delinearam o problema da falta de mão de obra. Especificamente, haviam críticas recorrentes a ausência de um efetivo policial adequado que pudesse agir de fato, exacerbando a falta de recursos destinados à polícia (Sousa, 2014).

O próximo tópico de Américo Ferreira sobre as tropas é sobre os carcereiros, sendo bastante breve e demonstrando que um problema foi sanado, o da falta de funcionários que estivessem nestes cargos, algo que foi resolvido com um pequeno aumento. Esse tópico parece reforçar as críticas feitas anteriormente, tentando demonstrar que com a devida quantidade monetária os problemas da Força Pública podiam ser sanados através de

contratações, aumentos salariais e investimentos em infraestrutura. Como esse tópico foi sanado, ele não foi mencionado por Silva.

Na sequência, vemos por parte de Lopes o ponto sobre as delegacias remuneradas, e o ponto inicial é sobre a exigência de um diploma de Direito para exercer o cargo de delegado. Algo que, de acordo com o relatório, permitia que a administração da polícia nas comarcas conhecesse as leis e deveres e direitos jurídicos dos indivíduos. O único entrave para a realização plena dessa determinação era o financeiro, pelo qual Américo pleiteou um aumento da verba para pagamento de delegados. Justificando esse aumento com a forma com que esses indivíduos realizavam um bom trabalho e eram bem quistos.

Aqui, novamente os entraves financeiros eram uma questão e podemos ver que o Chefe de Polícia, apesar de tudo, era bastante incisivo e crítico ao buscar pelo que ele considerava necessário para o pleno funcionamento da polícia. Entretanto, como veremos no próximo relatório, nem todas as mudanças desejadas serão de fato realizadas. As delegacias remuneradas foram apontadas como delegacias de Polícia no relatório de Herculano Silva.

E, então no tópico das delegacias de polícia, para ele, o principal assunto é a importância que começou a ser dada para a nomeação de delegados que fossem bachareis em direito. Herculano entendeu aqui que o trabalho dos delegados era muito facilitado por essa formação, permitindo a eles conduzir um processo criminal com “maior imparcialidade”, sem a presença de autoridades externas ao município. Há uma menção também à dificuldade anterior de encontrar indivíduos que possuíam os requisitos legais e, concomitantemente, desejavam a nomeação para tais cargos. Isto estava sendo lentamente superado com a nomeação dos bachareis.

Esse movimento em direção aos bachareis como agentes da força de segurança, principalmente em posições de comando dentro da hierarquia presente na Polícia, é mais um passo na direção da profissionalização desse corpo policial. Não só isso como é algo que se manteve até a atualidade, sendo que hoje passou a ser obrigatório ter um diploma em direito para que se possa executar a função de delegado.

Ademais, existe no relatório uma solicitação de aumento no número de efetivos policiais, não só em números como em formação. Argumenta-se que o valor monetário necessário para empregar esses novos efetivos seria insignificante se comparado às vantagens que podem ser obtidas com um contingente maior.

Já mencionamos como a literatura nos via que nessa época a polícia estava carente de efetivo e constantemente buscava por novos números para compor seu quadro de funcionários (Viscardi, 1995; Cotta, 2014; Pereira, 2018). Este ponto do relatório apenas reforça essa ideia

de que, independente dos custos, via-se uma necessidade de um efetivo maior para que se cumprisse o trabalho proposto.

Este é um momento em que podemos ver também uma certa crítica ao estado da instituição no momento. Porque, para defender a ideia de que são necessários novos contingentes, Herculano aponta para lacunas na polícia leiga que levaria a casos de “acefalia” prolongada em algumas delegacias, indicando a falta de pessoal suficiente para realizar as tarefas.

Outro ponto de solicitação do Chefe de Polícia, aqui, seria um aumento do valor repassado para os delegados de algumas delegacias em que o custo de vida seria mais alto, permitindo um alívio financeiro para os que estão nessas localidades. Sendo este mais um ponto que demonstra a questão da necessidade do efetivo dessa época, não faltavam apenas números em efetivo, mas também em remuneração e treinamento, como pudemos ver.

O fim desta parte é dado com um agradecimento aos delegados leigos e aos delegados de comarcas, com especial menção aos primeiros por estarem exercendo uma função vista como de extrema demanda sem nenhuma compensação financeira.

É de se pensar o que motiva os indivíduos a exercerem tais funções nesse momento. Uma hipótese que surge à mente aqui é a de influência política e possibilidade de futura ascensão de carreira através dessas conexões.

Na sessão seguinte, Américo Lopes discute mais sobre a Guarda Civil, sendo que ele relembra que o motivo da criação deste órgão foi, especificamente, para policiar a capital. E discorre sobre como estava sendo aplicado um modelo de bonificação para os indivíduos que se distinguiram por seu trabalho admirável, recebendo promoções. Em contrapartida, caso a ordem não fosse mantida por esses trabalhadores eles eram rapidamente punidos, sendo inclusive excluídos.

Dois problemas identificados nesse momento foram a falta de um manual de instruções para esses guardas, que estava sendo providenciado, e, principalmente, a possibilidade de remover-se a qualquer momento do cargo, solicitando exoneração, o que acontecia com certa frequência.

É interessante refletir sobre como esse serviço era considerado primordial, mas ao mesmo tempo não parecia ter muita aderência com aqueles que ocupavam o cargo. Mais uma vez uma questão que indica ser financeira, visto que com facilidade os indivíduos abandonaram o cargo e buscavam outras oportunidades. Com as constantes reclamações de falta de pessoal e de necessidade de aumento de vencimentos, uma possível suposição aqui é que os salários da Guarda Municipal não compeliram esses indivíduos a buscar uma carreira.

Herculano Silva também falou sobre a Guarda Civil, principalmente, sobre a importância que ela teve no aumento da capilaridade do trabalho policial por Belo Horizonte. A guarda auxiliou os oficiais a chegarem em locais que antes não eram possíveis com os números que eles detinham. Assim, há uma solicitação de um aumento na guarda motivado pelo aumento da população na Capital.

O número de agentes da Força Pública é mais uma vez tópico de discussão aqui, por estar sempre em desfalque na visão dos indivíduos responsáveis e mais acima na hierarquia. Além disso, vimos na própria bibliografia sobre a questão que esse era um problema consistente nesse momento de impulso do policiamento.

Sobre o serviço de extinção de incêndios, Lopes afirma que foi determinado como imprescindível para a Capital. Alguns guardas foram designados para treinamento junto com o corpo de bombeiros e houve um valor destinado para compra de material. Defende-se que apesar de não terem muitos incêndios é imprescindível a existência de um corpo que impeça a propagação deste problema.

Podemos ver aqui que algumas questões recebem soluções prontamente, o valor solicitado para a treinar e adquirir materiais foi rapidamente liberado e, além disso, houve também a compra de uma “bomba-automóvel” para atender a Capital. Por outro lado, como a questão parece ter sido majoritariamente solucionada, não há menções de Herculano César sobre o ponto.

Ao tratar das delegacias auxiliares, Américo Ferreira Lopes faz apenas uma menção à questão de que dois delegados auxiliares passaram a residir na Capital e que eles estariam auxiliando amplamente no serviço ali, desempenhando-o com muita presteza. Um deles é Herculano César Pereira da Silva, que viria a se tornar o Chefe de Polícia após a saída de Américo.

Essa menção acentua a questão política dos cargos e a forma com que as relações estabelecidas entre os indivíduos que ocupavam as posições de liderança na polícia e na política eram importantes para a ascensão dessas pessoas. O trabalho de Herculano é elogiado aqui e em seu relatório ele é extremamente cordial e elogioso com seu predecessor, que foi Américo.

Quando o Chefe de Polícia Herculano César Pereira Silva aborda o tópico das delegacias auxiliares, ele as entende como importante parte do trabalho policial, pois com o aumento dos trabalhos burocráticos a chefia de polícia acabou tendo problemas para atuar em outras frentes. Assim, as delegacias auxiliares conseguem realizar muito do trabalho necessário e o chefe de Polícia seria acionado somente quando necessário.

Aqui podemos ver um avanço na divisão do trabalho por parte da instituição, entendendo que precisa de um aspecto mais administrativo, assim como necessita do trabalho de rua para atender os interesses do estado.

Há, por parte de Américo Ferreira, uma defesa pela criação de mais um cargo para o trabalho do Gabinete Médico-Legal na sequência, pois como as suas atribuições são várias, muitas vezes acabam por se acumular. Assim, foi contratado um indivíduo em caráter provisório para que pudesse auxiliar neste trabalho.

Por ser uma função de relevância crescente, por ter também um papel maior diante das necessidades do GIEC, ter apenas uma pessoa para exercer a função é de fato um problema. Porém, mais uma vez aqui os encargos financeiros acabam sendo o impeditivo para que os desejos de Américo sejam realizados.

No tópico do serviço médico-legal há pouca informação relevante no relatório de Herculano Silva, mas podemos encontrar novas solicitações monetárias para este serviço e, também, a valorização de alguns nomes que atuaram neste trabalho. A questão mais interessante mencionada neste ponto é o fato de ser necessário, para algumas localidades, a contratação temporária de médicos para atender a presos e ao trabalho legista. Isto denota mais uma lacuna na estrutura policial da época e, principalmente, a manutenção de um problema de um ano para o outro.

As tropas, ou mais precisamente a ausência delas, parece mais um cabo de guerra entre governo e polícia, pois, vemos que cada unidade recebida é comemorada e, ao mesmo tempo, rapidamente novas demandas por efetivos surgem, porque os números nunca eram suficientes para sanar as necessidades da Força Pública.

4.3 RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

A relação entre a polícia e a sociedade civil é bastante complexa e, como discutimos no primeiro capítulo, foi permeada pelos anseios da maioria dos grupos que detinham algum tipo de poder na sociedade da Primeira República, então, esse tópico nos traz um pouco mais da visão da polícia, pelo menos das camadas mais altas, nesse sentido.

O primeiro ponto tratado por Américo Ferreira Lopes, nesse sentido, é a assistência aos alienados, falando sobre a importância do “manicômio de Barbacena” no auxílio aos “mentecaptos”. Neste ponto, vemos descritas as obras que estariam sendo realizadas no Asilo Central, como a criação de uma enfermaria de repouso para cada um dos sexos, um pavilhão

para indivíduos com questões recorrentes e o gabinete eletro-hidro-terápico. Evidencia-se que o número de loucos no estado estaria aumentando, o que justifica a necessidade do desenvolvimento do estabelecimento.

O Hospital Colônia de Barbacena é um ponto muito complexo, principalmente, na forma com que indivíduos que, na verdade, nunca de fato desviaram do padrão, apenas estavam em desacordo político ou mesmo social com pessoas poderosas, acabavam sendo relegados a essa posição de loucura.¹⁸

Ademais, o relatório relata como o trabalho dos “loucos pacíficos” era utilizado para diversos trabalhos, como o plantio, mas principalmente para a produção de tijolos que estavam sendo utilizados para ampliar o local.

Vemos em outro momento uma discussão sobre a possibilidade dos presos exercerem trabalho para “pagar” por suas despesas ao Estado e é interessante perceber que a lei resguarda os encarcerados disso. Entretanto, o “louco” está claramente sendo usado com esse propósito e não encontra nenhum respaldo legal para resguardá-lo.

A Colônia de Barbacena estava constantemente lotada e, portanto, os indivíduos dados como loucos, muitas vezes, iam para as cadeias, para que pudessem ser contidos até que uma vaga se disponibilizasse a eles. Foi solicitado a estabelecimentos de caridade que dispusessem de um pavilhão para abrigar esses indivíduos que ainda não detinham uma vaga na Colônia.

Na pauta da assistência, Herculano César Pereira se dispõe a tratar dos indivíduos considerados loucos de forma muito mais problemática, vendo essas pessoas como um estorvo por incomodarem outros presos e destruírem os espaços em que eram enclausurados. E isso se tornava um problema, por não existir na época espaço suficiente no “manicômio” de Barbacena, então, eles esperavam em casas correcionais normais. A solução proposta foi que casas de caridade cuidassem de alguns desses indivíduos de maneira provisória até que um espaço fosse encontrado para eles. Apesar dos baixos números vistos naquele momento de indivíduos vistos como loucos pelo GIEC, havia uma preocupação com o aumento desse número na mesma medida em que os espaços não estariam vagando para recebê-los.

Vemos uma semelhança no Rio de Janeiro, pois, no ano de 1912, o Chefe de Polícia havia feito duras críticas ao estado de uma das colônias correcionais, a de Dois Rios. Ele cita diversos problemas, como o estado precário que se encontrava o estabelecimento, a questão das terras, que eram impróprias para o cultivo, a falta do cumprimento dos objetivos correcionais e a falta de fiscalização (Santos, 2006).

¹⁸ O conhecidíssimo livro “Holocausto Brasileiro” de Daniela Arbex pode servir como um caminho para explorar mais esse controverso tópico.

A questão dos menores desvalidos vem logo na sequência no relatório de Américo Ferreira, com a ideia de criação de um asilo para cuidar desse grupo e transformá-los posteriormente em cidadãos “laboriosos e úteis”, algo que foi feito. Em contrapartida, os menores infratores são vistos como um grande problema sem solução, pois não podem estar junto dos adultos em cadeias normais, para não serem influenciados, mas ainda não tem um espaço próprio para eles.

Herculano, em seu relatório, trará uma perspectiva interessante sobre a forma de tratar os menores infratores, pensando de forma mais específica sobre suas necessidades e possibilidades. Fazendo com que a seção destinada a este tópico seja relativamente maior em comparação a de Américo.

Ao discutir sobre menores delinquentes, Herculano César vê um problema, pois, apesar de serem designados espaços específicos para abrigar essa parte da população, os espaços físicos não existiam. Entretanto, a necessidade desses espaços é reforçada no relatório na medida em que a Chefia de Polícia denota a importância de um trabalho educativo com esse grupo.

Com o intuito de prover uma base legal mais adequada para lidar com os menores, César Pereira defende a existência das seguintes legislações: as medidas correcionais devem ser estritamente educativas; a lei deve punir os pais, tutores ou responsáveis; a reclusão deverá ser cumprida em estabelecimentos de educação com liberdade vigiada; apenas delitos graves devem ser visados pela legislação comum; para indivíduos que detivessem “problemas mentais” (como apontado no relatório) deveria existir asilos públicos ou escolas especiais; por fim, deveria ser feita uma tutela de menores abandonados para serem resguardados pelo Estado, evitando a vadiagem e problemas de higiene moral e física.

Aqui vemos uma grande preocupação também com um tratamento “adequado” aos olhos do Chefe de Polícia, para o grupo dos menores de idade. A proposição da lei especial é bastante condizente com o que vemos nos dias atuais, com uma reclusão para esses grupos buscando principalmente a educação e reintegração em oposição a punição.

Nos relatórios dos Chefes de Polícia paulistas vemos uma menção à questão dos menores também, em que a prisão dos menores passou a acontecer a partir de certo ponto, quando a cidade estava crescendo exacerbadamente. Não só isso, como o que eles chamavam de “turma de menores” acabou se tornando uma seção importante que tratava de menores, vadios e abandonados (Teixeira, Salla, Marinho, 2016).

Ao falar sobre penitenciárias e colônias correcionais, para Herculano Silva, a principal questão discutida seria a criação de oficinas com trabalhos para que os indivíduos que se

encontravam presos pudessem não só pagar por suas próprias despesas como também encontrar um novo caminho através do trabalho. Na visão do Chefe de Polícia, essa seria a única maneira de fazer com que certas partes da população como “mendigos válidos” e “vadios” encontrassem trabalho lícito.

Sabemos que essa ideia não foi para frente e a legislação brasileira continua a impedir que os indivíduos em situação de privação de liberdade tornem-se mão de obra. Entretanto é interessante notar que em outras localidades, como nos EUA isso acabou se tornando realidade e os encarcerados são responsáveis por trabalhos dentro das prisões em muitos casos.

Por parte de outros autores, vemos a menção em relatórios sobre outras questões, como os ciganos. Um dos Chefes de Polícia estaria argumentando no relatório de 1898, que a necessidade de enviar um grande número de tropas para lidar com os ciganos que se espalharam pelo estado estaria tendo altos custos (Sousa, 2014).

Israel Sousa (2010), aponta que nos relatórios dos chefes de Polícia de Pernambuco havia uma admissão a um grupo social diferente dos mencionados nos relatórios mineiros. Os capoeiras tinham seus jogos proibidos no estado e a polícia exercia a repressão desses grupos.

Enfim, podemos ver que diversas relações com a sociedade eram pauta das discussões propostas pelos Chefes de Polícia, e que, normalmente, esses debates acabavam seguindo por terminar em um caminho pouco diplomático com as camadas mais vulneráveis da população.

4.4 INFRAESTRUTURA DA FORÇA PÚBLICA

A infraestrutura diante dos relatórios parecia estar começando a se desenvolver um pouco mais, entretanto, ainda detinha múltiplos problemas, o que veremos nesse ponto.

Lopes começa por apontar que o prédio que se encontrava a repartição foi amplamente melhorado, tendo sido adquirido um novo espaço, ao invés do modelo anterior de aluguel e, conseqüentemente, diversos setores conseguiram um espaço adequado para a realização de suas atividades. Além disso, o mobiliário que era considerado “imprestável” estava sendo lentamente removido e substituído.

Aqui podemos notar uma preocupação com o espaço utilizado para as funções policiais, há um destaque, por exemplo, para o médico legista que recebe uma sala apropriada e também para um “ateliê” fotográfico. Claramente, existe um avanço no empenho material do Estado para com o trabalho da polícia, permitindo essas mudanças altamente visadas pelos Chefes de Polícia.

Ao abordar, especificamente, as delegacias da capital há um forte enaltecimento, por parte Herculano Silva, da construção das duas delegacias, pois os prédios anteriores tinham vários problemas, como a falta de espaço adequado e o alto custo. Além disso, outros aspectos das necessidades foram atendidos, como a construção de necrotérios onde pudessem ser realizadas autópsias. A aquisição de carros de tração animal para transporte de presos também foi considerada uma vitória.

Neste ponto, vemos a estrutura física e material da corporação ganhando forças e conseguindo alcançar novos objetivos e ter sua independência, tendo espaços e ferramentas próprias para a realização de seu trabalho.

Ao falar das delegacias da capital, Lopes faz de sua primeira menção a construção de uma delegacia no centro da zona mais populosa da cidade que auxiliou muito no funcionamento do policiamento de Belo Horizonte. Além disso, foi fornecido para todas as delegacias os instrumentos necessários para realizar a coleta das impressões digitais, da mesma forma que a feita pelo GIEC. Outro ponto importante, seria que apesar das imperfeições, o policiamento e a manutenção da ordem pública estariam satisfazendo todas as reclamações.

A questão da mudança da delegacia demonstra uma autopromoção deste Chefe de Polícia, que discorre sobre a importância da sua tomada de decisão para o bom funcionamento da organização policial neste momento, numa busca por elevar sua estima. Vemos, também, o Gabinete mais uma vez sendo cerne de uma discussão ao ter seu trabalho como o padrão para quando indivíduos não pudessem ser transportados até sua localidade.

A construção de uma penitenciária é o próximo tópico por parte de Américo Ferreira sobre a infraestrutura, que é, entretanto, muito breve. Pois, fala-se apenas da demora para iniciarem as construções, mas que essa situação seria benéfica, pois é importante que exista um estudo detalhado de todas as necessidades antes que sejam de fato realizadas as construções.

As cadeias na visão de Herculano Silva tinham um grande problema com relação à higiene, porque os prédios em que estavam as casas de correção não tinham sido construídos com essa questão em mente. Ou seja, as condições nesses locais eram extremamente degradantes, algo que o próprio Herculano avalia como problemático. Ademais, ele discute também a condição de ócio a qual os presos estavam sujeitos, sugerindo a construção de penitenciárias adequadas que tivessem espaço para esses indivíduos desenvolverem um ofício e se exercitarem.

Parecia existir, naquele momento, uma preocupação genuína com o caráter moral da situação dos indivíduos encarcerados por parte do Chefe de Polícia, que defende nesta parte do relatório avidamente por um ambiente adequado para a população carcerária. Ademais, é nítido a preocupação existente com a questão da saúde e a higiene. Em outro momento Herculano menciona uma cadeia de Teófilo Otoni que teve de ser demolida devido a um surto de tuberculose.

É feita também uma sugestão de criação de uma cadeia-hospital especificamente para os indivíduos enfermos para que a doença não se espalhasse para outros presos. Tendo essas prisões as mesmas atribuições das outras, com a diferença de terem uma equipe médica mais adequada ao serviço. Além disso, caso uma pessoa encarcerada desenvolvesse alguma doença ela seria removida para essa localidade.

As últimas questões tratadas por Américo Lopes, listadas em assuntos diversos, dizem respeito à necessidade de aquartelamento para os praças, que estava em falta, devido a ausência de verba. Por fim, agradecimentos gerais, destinados a indivíduos nos mais diversos cargos.

Sobre a questão do aquartelamento dos praças há uma discussão por parte de Francis Cotta, pois, ao mencionar esse tópico, o autor nos mostra que faltam espaços adequados com uma infraestrutura decente para receber esses indivíduos. As condições de asseio eram inadequadas, os quarteis eram ruins e não havia conforto (Cotta, 2014, p. 88).

Apesar de ser um dos tópicos menos abordados, a questão da infraestrutura da polícia ainda estava em uma situação bastante precária e continuaria assim, pois segundo Cotta (2014), havia problemas estruturais mais adiante temporalmente também. Entretanto, podemos ver um certo esforço em sanar esses problemas, com a construção de novas estruturas apontadas neste subtópico.

3.5 OS RELATÓRIOS LADO-A-LADO

Ao comparar os relatórios podemos notar tanto semelhanças, quanto diferenças. As principais semelhanças são em relação às críticas. Os problemas mais citados claramente estão ligados a questões financeiras ou de pessoal (que talvez possamos considerar como financeiras também). Américo e Herculano citam a necessidade de algum tipo de despesa em diversos pontos e solicitam que o estado os atenda nisso para que o bom trabalho policial possa ser exercido.

Esse ponto, obviamente, concorda muito com a bibliografia e literatura sobre a polícia, que aponta para uma grande necessidade de recursos da polícia, que é vista majoritariamente como mal armada, mal treinada, com falta de contingente e de recursos necessários para a plena execução de seus serviços (Viscardi, 1995).

Outra questão de comum acordo é sobre o papel do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, que é amplamente elogiado, apesar de ter questões necessárias a serem melhoradas. Ambos, demonstram que o trabalho do GIEC influenciou grandemente na forma com que a polícia atua, ampliando suas atribuições, além de organizar diversos de seus processos e rotinizar seu trabalho de forma vista como mais eficiente.

Ademais, o advento das impressões digitais e a parte de identificação do Gabinete são de extrema relevância tanto na visão de Américo, quanto de Herculano. O trabalho de identificar indivíduos civis, e também criminosos, tornou-se uma atribuição policial que permanece até os dias atuais e já na época foi vista como de muita importância pela Chefia de Polícia.

O aumento no número de pessoal é um ponto de convergência também, sendo nítida a necessidade de novos contingentes em ambos os relatórios. Em alguns casos, inclusive, para as mesmas funções, como a Guarda Civil que estava necessitando de mais pessoas nos anos de 1913 e de 1914. Além disso, outras funções também estavam em desfalque e sentiam a ausência de mais profissionais para executá-las de acordo com os relatórios.

A politização do trabalho de execução do relatório também é comum nos dois casos, há em grande medida uma tentativa de enaltecer as próprias conquistas e elogiar e agradecer o trabalho e presteza de outros indivíduos. Essa bajulação é mais nítida no relatório feito por Herculano, mas ela claramente está presente também nas palavras de Américo.

Algumas divergências interessantes de serem citadas começam pela presença grande de imagens no relatório de Américo, que traz fotografias de diversas coisas mencionadas, como o automóvel, a bomba-automóvel e delegacias. Enquanto no relatório de Herculano não vemos imagens durante a escrita.

Outra questão é que Américo é mais abertamente crítico, sendo mais enfático ao detalhar as necessidades e problemas decorrentes da inação do governo, solicitando com mais afinco o atendimento das necessidades que ele enxergava na polícia. Enquanto, Herculano apresentava uma linha um pouco mais controlada, talvez pela disparidade de tempo em que eles exerceram a função.

Por fim, é importante perceber também a atenção que cada um dava para cada tópico, apesar de existirem pontos que estavam presentes em um relatório e não no outro, muitos são

comuns. E, assim, podemos notar que, na maioria das vezes, o relatório de Herculano era mais detalhista e aprofundado nos pontos comuns que ambos detinham. Isso pode ser causado pelo fato de Américo ter apresentado outros relatórios anteriormente, que ele menciona durante a execução deste discutido aqui, o de 1913.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou a atuação da polícia em Minas Gerais, durante a Primeira República (1889-1930), com enfoque no Gabinete de Identificação e Estatística Criminal (GIEC), e na forma como os crimes violentos foram registrados e interpretados no período de 1913 a 1918. A pesquisa demonstrou que, apesar dos esforços para modernizar e profissionalizar a polícia, diversos desafios estruturais e operacionais comprometeram a eficácia desse processo, evidenciando contradições entre o discurso oficial e a realidade da atuação policial.

O segundo capítulo apresentou um panorama histórico da polícia no Brasil e sua evolução no contexto republicano, destacando o papel da Força Pública mineira. Discutiu-se como a polícia se consolidou como um instrumento fundamental de controle social, servindo não apenas à manutenção da ordem, mas também à reprodução de hierarquias sociais e políticas. Foi possível perceber como as reformas policiais buscavam aliar modernização e militarização, resultando em um modelo de policiamento marcado pela dualidade entre repressão e profissionalização.

No terceiro capítulo, examinamos o funcionamento do GIEC, suas metodologias de identificação criminal e o impacto da estatística policial na construção de discursos institucionais. A análise dos POLs revelou como a coleta de dados foi utilizada para categorizar e vigiar determinados grupos sociais, reforçando estereótipos e práticas discriminatórias. Além disso, foi possível observar as limitações do órgão, que apesar de sua importância no projeto de modernização da polícia, enfrentava dificuldades na padronização de seus registros e na efetividade de suas operações.

O quarto capítulo aprofundou a análise a partir dos relatórios dos chefes de polícia, destacando a perspectiva dos próprios agentes sobre os desafios enfrentados pela corporação. Ficou evidente a precariedade estrutural da polícia mineira, marcada por carência de efetivos, baixos salários e falta de recursos materiais. Os relatórios também demonstraram a forma seletiva como a repressão era exercida, com um foco desproporcional sobre populações marginalizadas, como ciganos e imigrantes. Além disso, revelou-se a influência de elites políticas na atuação policial, tornando a força pública um instrumento de interesses particulares.

Ao longo da dissertação, ficou claro que a tentativa de modernização policial esteve imersa em tensões e contradições. A estatística criminal e os mecanismos de identificação, em

vez de promoverem uma polícia mais eficiente e justa, serviram muitas vezes para legitimar práticas de exclusão e violência institucional. As dificuldades operacionais e as influências políticas sobre a polícia minaram os esforços de profissionalização, demonstrando que a modernização do aparato policial não foi acompanhada por uma transformação estrutural mais profunda.

Este estudo contribui para o debate historiográfico ao evidenciar como a polícia mineira desempenhou um papel central na regulação social e no controle de grupos específicos, reforçando desigualdades e mantendo a ordem de acordo com os interesses das elites. Além disso, permite uma reflexão sobre as permanências e mudanças na atuação das forças de segurança ao longo do tempo, oferecendo subsídios para a compreensão dos desafios que ainda hoje marcam a segurança pública no Brasil.

Por fim, espera-se que esta dissertação possa incentivar novas investigações sobre a relação entre polícia, Estado e sociedade na Primeira República, ampliando o entendimento sobre os processos históricos que moldaram o sistema de segurança pública no país. A análise das fontes e das dinâmicas institucionais estudadas aqui reforça a necessidade de uma abordagem crítica sobre a atuação policial, suas limitações e os impactos de sua estruturação para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

APM, “Captura de Criminosos Pronunciados”, Notação POL-169, (1913-1918).

APM. Diretoria de Arquivos Permanentes. Projeto Memória do Estado (1889-1945). **Fundo Chefia de Polícia.**

APM. Fundo – Chefia de Polícia. Acesso em: 06 jan 2025. Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=13.
 Acesso em: 06 jan. 2025.

APM. Histórico do Arquivo Público Mineiro. Acesso em: 06 Jan. 2025. Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>. Acesso em:
 06 jan. 2025.

APM. Inventário do Fundo Chefia de Polícia. Acesso em: 06 Jan. 2025. Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/POL/INVENTARIO_DO_FUNDO_CCHEFI_DE_POLICIA.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

APM, “Mapa das Prisões em Flagrante e Preventivas”, Notação POL-170, (1915-1918).

APM, “Relações de Crimes Cometidos no Estado”, Notação POL-168, (1913-1915).

APM, “Relações de Crimes Cometidos no Estado”, Notação POL-171, (1916-1918).

BRASIL. Decreto nº 4.764, de 5 de fevereiro de 1903. Cria o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal no Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4764-5-fevereiro-1903-506801-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Consolida as disposições sobre o processo criminal e a organização judiciária no Brasil. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1832. Regula a criação e a organização das forças policiais no Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-120-31-janeiro-1842-560826-publicacaooriginal-84031-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 2473, de 20 de março de 1909. Cria um Gabinete de Identificação e Estatística Criminal. Disponível em:
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1909-03-20;2473>.
 Acesso em: 06 de jan. 2025.

MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Estatística. Anuário Estatístico de Minas Gerais 1921. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Vol. 1, Ano 1, 1921. Disponível em:
http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000468&m=3827&n=anuario1921mg1. Acesso em: 06 jan. 2025.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Cristiana Viegas; VELLASCO, Ivan. **Criminalidade, violência e justiça na Vila de Tamanduá: A reconstrução de estatísticas criminais do Império a República**. *Varia hist.* 34(64), Jan-Abr, 2018.

ARAÚJO, Cícero. Civilização e Cidadania in: **Filosofia Política Contemporânea Controvérsias sobre civilização, império e cidadania**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

ALVAREZ, Marcos César. **A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p.677-704, 2002.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, Fernando ; SOUZA, A L . **A Sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República**. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n.6, p. 97-130, 2003.

BAGGIO, Sheila Brandão. A força pública de Minas na primeira república. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 49, julho de 1979.

BARROS, L. A. **Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BORGES, Isabel. **Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana da Primeira República**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Norbert Elias e a história da violência no Brasil**. *Uberlândia: ArtCultura*, v. 19, n. 35, p. 171-184, jul.-dez. 2017.

CARVALHO, Glauco Silva de. **Forças públicas: instrumento de defesa da autonomia estadual e de sustentação da política dos governadores na Primeira República (1889- 1930)**. Dissertação (mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2006. v. 1. 165p .

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1 (O tempo do liberalismo excludente).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO. Ivan Colangelo. **Industrialização brasileira:** notas sobre o debate historiográfico. Tempo [online], v. 23, n. 1, Jan-Abr. 2017.

GALEANO, DIEGO . **Criminosos viajantes:** circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. 248p.

GALEANO, DIEGO . **Identidade cifrada no corpo:** o bertillonage e o gabinete antropométrico na polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas , v. 7, p. 721-742, 2012.

JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. A República e a Repressão à Vadiagem: abordagens sobre os vadios em Minas Gerais (1895-1905). Juiz de Fora: **Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH-MG: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho**, 2014. v. 1. p. 1-9.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto:** O Município e o Regime Representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPREATO, F. L. C. . Federalismo brasileiro origem, evolução e desafios. **ECONOMIA E SOCIEDADE** (UNICAMP. IMPRESSO) , v. 31 n.1, p. 1, 2022.

MENEZES, Lena Medeiros. **Indesejáveis:** desclassificados da modernidade; protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. . Acesso em: 28 fev. 2025.

PEREIRA, Lucas C. S. A. . A força pública e o policiamento do estado republicano em Minas Gerais. **AEDOS: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS (ONLINE)** , v. 9, p. 34-54, 2017.

PEREIRA, LUCAS CARVALHO SOARES DE AGUIAR . Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930). **HISTÓRIA (SÃO PAULO)** , v. 38, p. 1-24, 2019.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser.** Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

NETO, Francisco Linhares Fonteles. A criminologia e a polícia no Brasil na transição do século XIX para o XX. **Passagens**, v. 8, n. 3, p. 543-559, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Silva. **“Os gatunos agem à vontade”:** polícia, ciência e identificação criminal em Salvador (1911-1922). Orientador: Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. 2020. 161 pg.. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

OZANAM, Israel . Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife. **Revista Tempo Histórico** , v. 2, p. 01-17, 2010.

ROSEMBERG, André. Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República. **Tempo de Histórias**, n. 13, p. 63-81, 2008.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os Porões da República: A colônia correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 445-476.

SOUSA, C. S. O.. A polícia se arma, as caravanas passam: lei, poder e repressão aos ciganos (1898-1908). **TEMPORALIDADES**, v. 6, p. 159-170, 2014.

TEIXEIRA, A. ; SALLA, F. ; MARINHO, M. G. S. M. C. . Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República. **ESTUDOS HISTÓRICOS** , v. 58, p. 381-400, 2016.

THIESEN, I.; PATRASSO, A. L. de A. Informação, representação e produção de saberes sobre o crime - o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro (1903-1907). *Informação & Sociedade*, [S. l.], v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/13839>. Acesso em: 6 jan. 2025.

VELLASCO, Ivan de Andrade. A Polícia Imperial: notas sobre a construção e a ação da força policial na província de Minas Gerais (1831-1850). In: **XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz**, 2005. Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. Salvador: JusPODIVM, 506 p. 2020.

VISCARDI, Cláudia. A força pública de Minas Gerais na primeira república. **Locus**, Revista de História, Juiz de Fora, v. 1 n.1, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1997